

HERDAR, POSSUIR, FLUIR:

As diferentes formas de administrar bens a partir da literatura tardoantiga
(séculos IV e V d.C.)

INHERIT, OWN, FLOW:

*The Different Ways of Managing Assets from the Literature of Late
Antiquity (4th and 5th centuries AD)*

Amanda Reis dos Santos^{a,®}

^aMestre em História Comparada pelo PPGHC – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e formada em História pela mesma instituição. Especialista em Gestão Escolar pela USP/Esalq. Foi integrante do corpo docente do Laboratório de História Antiga (LHIA/UFRJ) entre 2015 e 2021, centrando sua pesquisa nos seguintes temas: História Comparada. História Antiga, com ênfase em Antiguidade Tardia. Estudos Mediterrânicos. História de Gênero e História das Mulheres.
® Contato principal: amanda@institutolb.org

Resumo

É possível encontrar no *corpus* epistolar de Jerônimo de Estridão, bem como em outros documentos literários existentes entre os séculos IV e V d.C., uma série de informações relacionadas ao fluxo de riqueza de diversos membros da elite no Império Romano tardoantigo. Nesse sentido, vendas, compras e trocas de bens foram assuntos mobilizados em vários momentos pelo chamado monge do deserto, em correspondências diversas e envolvendo diferentes indivíduos. Dito isso, o objetivo do presente artigo é apresentar diferentes modalidades de gerenciamento de bens, com foco na diferença entre dissipação e dilapidação patrimonial, partindo da perspectiva de gênero e do método da *História Cruzada*.

Palavras-chave

Antiguidade Tardia | economia | administração patrimonial | gênero | patrística

Códigos JEL

M50 | N80 | N83 | N93

Abstract

It is possible to find in the epistolary *corpus* of Jerome of Stridon, as well as in other literary documents from the 4th and 5th centuries AD, a series of information related to the flow of wealth amongst various members of the elite in the Late Roman Empire. In this context, sales, purchases, and exchanges of goods were discussed at various times by the so-called desert monk in his correspondences, involving a wide range of people. Therefore, the aim of this article is to present different modes of property management, focusing on the difference between dissipation and dilapidation of assets, from a gender perspective.

Keywords

Late Antiquity | economy | patrimonial management | gender | patristic

JEL Codes

M50 | N80 | N83 | N93

1. INTRODUÇÃO

Os séculos IV e V são de suma importância para a compreensão da consolidação do cristianismo no Império Romano. Nesse contexto, é possível constatar um aumento substancial de documentos literários cujo foco recaía em figuras tidas como *sanctae* (santas), sobretudo em mulheres da alta elite, a fim de consolidá-las enquanto exemplos de virtude e boas condutas: ainda que com certas especificidades, eles mostram que, quando convertidas, passavam a dispor de seu patrimônio em favor não só dos necessitados

como também de igrejas e monastérios. Na esteira dessas ações, observam-se fenômenos como a expansão de deslocamentos geográficos ao Norte da África e Oriente, onde grupos de viajantes (alguns liderados por mulheres) serviam como patronos de locais santos; modificação da paisagem, por meio de construções diversas; patrocínio de monges e bispos – dentre outros exemplos.

Visto que a literatura da época permite investigar de perto tais ações e conectar as diferentes trajetórias desses personagens, o objetivo deste artigo consiste em explorar como algumas ricas cristãs administravam seus bens no supracitado recorte temporal. Pretende-se analisar redes de contato no Mediterrâneo através dos casos de Paula, a Antiga, e de sua filha, Eustáquia, a fim de compreender, por um lado, as características e motivações da dispersão de seus bens, e também porque são tidas como exemplares. Utilizando como *corpus* central algumas cartas de Jerônimo de Estridão, serão respondidos os seguintes questionamentos: o que se doava, a quem, em quais circunstâncias e por quê? Havia regras inerentes à beneficência? Que impacto isso gerava nas relações familiares e locais – sobretudo no Oriente, onde mãe e filha se estabeleceram? Para tanto, será mobilizada uma tipologia de doações, a fim de sistematizá-las: dilapidação e dissipação de bens – a fim de aferir em que grau isto era realizado.

Por fim, vale ressaltar que este texto é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Administração do patrimônio de ricas cristãs: uma análise cruzada a partir do corpus epistolar de Jerônimo de Estridão (séc. IV e V d.C.)* – defendida em 2021 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Assim sendo, o método que se privilegiou para estudo das fontes foi a *História Cruzada*, proposto por Bénédicte Zimmermann e Michael Werner (2003). Já em relação ao aporte teórico, lançou-se mão do diálogo entre a História das Mulheres e a teoria de gênero, tal como discutido por Elizabeth Clark e suas adeptas – fundamental no que diz respeito à construção de representações e agências femininas na literatura tardo-antiga. Concluir-se-á que os casos estudados revelam múltiplas formas de administração patrimonial por ricas cristãs no recorte em questão.

2. Para administrar, é preciso possuir: como investigar mulheres que detinham bens em uma precisa rede de cruzamentos

2.1 Questões preliminares

Em 385, toma-se conhecimento, por meio de uma carta de Jerônimo – um estridonense cuja vocação literária havia o levado a Roma em sua juventude – de uma mãe enlutada pela perda de uma de suas quatro filhas. Acusava-se o próprio emissor da epístola de ter contribuído para sua morte: era um momento delicado na *cidade eterna* para ex-eremitas como ele, e a elite romana, já antipática à sua pessoa, não poupou críticas aos seus ensinamentos ascéticos a damas como Blesilla – a personagem precocemente morta, aos 19 anos, por jejuns imoderados (Jer., *Ep.*, 39).

Ao contrário do que se poderia imaginar, Paula – a referida mãe – não compartilhava o mesmo rancor de seus pares, ou, pelo menos, não é o que se exprime na documentação onde aparece. Pelo contrário: após o imbróglio, deixara quase todos os seus filhos restantes, chorosos, em um porto e, com uma de suas filhas, Eustáquia – à época, ainda adolescente –, tomou um barco para a ilha de Ponza, realizando uma extensa peregrinação até chegar a Antioquia, onde se encontraria com o homem acusado de ligação com a morte de Blesilla.

Dessa estadia, pouco se conhece a fundo – à exceção de algumas notas registradas no epitáfio que seria escrito quase três décadas mais tarde (Jer., *Ep.*, 108), em homenagem à Paula, falecida em 404. Naquele momento, todos os mencionados personagens encontravam-se a quilômetros de distância de Roma: haviam se estabelecido antes mesmo da última década do século IV em uma pequena comunidade rural no Oriente, local à época famoso por circuitos de peregrinação e por ser o lugar onde Jesus teria nascido. Foi em Belém, assim, onde fizeram sua vida com certo sucesso. Ali, construíram dois mosteiros e recebiam regularmente

indivíduos vindos de todas as latitudes do Mediterrâneo.

Evidentemente, faltam longas explicações no breve resumo feito de suas trajetórias: quem foram, afinal, estas duas mulheres com as quais Jerônimo registrou maior contato ao longo da vida – tendo lhes dedicado cartas, diversos prefácios e comentários de livros? Como o trio se conheceu e que tipo de relação cimentaram, a ponto de a matrona ter abandonado sua terra natal para se estabelecer, com uma de suas filhas, em lugar tão distante? Aliás, sendo mãe de outros três, por que não os levou consigo?

Cumprir enunciar, assim, algumas notas introdutórias: embora notícias biográficas acerca de Paula sejam escassas e tributárias quase exclusivamente do epistolário de Jerônimo de Estridão, sabe-se que ela era proveniente de uma rica família aristocrática romana, com uma rede de influência significativa. Seu marido, Júlio Toxócio, era senador – bem como Pamáquio, seu único genro – e morrera em 381, deixando-a viúva. Sabe-se, ainda, que foi uma frequentadora assídua do Círculo do Aventino, uma congregação literária famosa situada em uma colina homônima em Roma, que reunia mulheres para estudo das Escrituras no século IV. Foi engendrado, não por acaso, por parentes de uma *gens* próxima: a de Marcella e Asella – outras ricas romanas de um tradicional ramo da elite senatorial. Vale lembrar, o Novo e o Antigo Testamento estavam se tornando populares à época e, não à toa, é de Jerônimo o trabalho hercúleo de tradução para o latim a partir de suas línguas originais – respectivamente, o grego e o hebraico (Jer., *Vir. Ill.*, 135).

A despeito da fama do círculo à época, são escassas as notícias sobre seu funcionamento. Porém, o estridonense sempre deixou claro o quão suas congregantes eram instruídas, letradas e dedicadas às atividades – resultado do ócio aristocrático comum de sua posição social à época. Marcella, por exemplo, teria sido uma constante instigadora de seus trabalhos, propondo-lhe perguntas filológicas e filosóficas, além de sugestões de tradução. O mesmo pode ser dito em relação à Paula e Eustáquia, que exerciam tanta influência intelectual em Jerônimo que este chegou a interromper um trabalho para atender às suas demandas. A despeito dessa aparentemente boa relação, são escusos os motivos pelos quais quase ninguém o acompanhou em sua jornada ao Norte da África, em um primeiro momento, e, posteriormente, ao Oriente: somente mãe e filha o fizeram, com um séquito anônimo.

Foi, aliás, no Aventino que uma comitiva para a qual Jerônimo servia como intérprete – formada também por Epifânio e Paulino de Nola – chegou, a fim de discutir questões doutrinárias, recebendo hospitalidade de Paula e Marcella. Contudo, deve-se ressaltar um detalhe nada irrelevante: ao contrário dos bispos em questão, Jerônimo não passava de um *outsider* de cerca de trinta e cinco anos, com uma boa formação, experiência monástica, ordenado, mas ainda bastante carente de uma rede de relações e de patronagem que sustentasse seus desígnios. Foi na colina romana, então, que começou a cimentar contatos que lhe seriam benéficos durante as décadas seguintes – sobretudo com as damas senatoriais da região. Ao que tudo indica, era uma relação simbiótica: o exegeta lhes fornecia direcionamentos para os estudos bíblicos e a vida reclusa, enquanto estas, por sua vez, davam-lhe suporte financeiro e o ajudavam a aperfeiçoar seus escritos.

Não obstante tudo o que foi descrito anteriormente, este artigo não se trata de uma biografia de Paula, a Antiga e Eustáquia, tampouco busca apenas elos entre estas personagens e Jerônimo. Sabendo de sua origem familiar e da rede de relações em que estiveram inseridas, as quais, muitas vezes, se confundiam com a do próprio estridonense, chama atenção a conexão que se pode estabelecer entre a riqueza que detinham e os intuítos literários daquele que foi um de seus principais aliados. Que havia uma relação entre sua proveniência social, o fato de serem cristãs e o interesse de Jerônimo pelo Círculo do Aventino – vale ressaltar, mútuo, *a priori* –, não há dúvidas. Afinal, em seu epistolário, é ausente qualquer tipo de contato com camadas menos abastadas. Seu interesse pelos pobres era outro: depositar neles, talvez, a promessa de Salvação, um *topos* comum à época na literatura – mas nada muito além disso.

Algumas dúvidas, portanto, vêm à tona: que relação econômica existia entre Paula, Jerônimo e Eustáquia? Partindo do pressuposto que um deslocamento de Roma a Belém não era gratuita e que as esmolas que distribuíam lhes demandavam, evidentemente, posses, como ambas manejaram seus bens? Aliás, suas posses materiais eram, de fato, suas? De onde o trio retirou e como conseguiu reunir fundos para a construção dos já mencionados mosteiros? Depois de prontos, como se mantinham?

À medida, então, que análises mais pormenorizadas forem sendo feitas ao longo deste trabalho, ficará

evidente a complexidade das conexões que se pode realizar entre diversos personagens do período a partir de um elo em comum – sua *riqueza*. Por conta do caráter difuso, contraditório e, muitas vezes, lacunar da documentação quanto a este aspecto, propõe-se guiar as respostas a estes questionamentos tendo como *corpus* central algumas cartas do epistolário de Jerônimo de Estridão onde se podem verificar assuntos de natureza econômica. A proposta é partir do trio aqui já tão mencionado em direção à capilaridade de sua rede de relações, a fim de compreender como um monge sem grandes meios de subsistência, uma viúva enlutada e uma jovem virgem consagrada da elite romana, ambas cristãs, atuaram em prol, senão do fortalecimento da *ecclesia*, pelo menos do monasticismo em Belém.

Como todo *corpus*, vale lembrar que este encontra limites, supressões, omissões e contradições, que só poderiam emergir e ser compreendidos pela investigação de outros *corpora*. Por isso, tendo em vista personagens muito próximos à Paula e Eustáquia, buscou-se incorporar outros documentos literários à pesquisa, sobretudo a *História Lausiaca*, de Paládio de Helenópolis, e *A Vida de Melânia, a Jovem*, por meio dos quais se descobriu que mãe, filha (e, posteriormente, uma neta) provavelmente retiraram lições imprescindíveis de administração de sua renda para fins como esmola, construção e gestão de mosteiros. Com isso, duas outras personagens fulcrais emergem dessas narrativas: Melânia, a Jovem e sua avó, Melânia, a Antiga, que, não por acaso, eram também parentes de Paula, Eustáquia e Marcella; e, não à toa, ambas foram também fundadoras de mosteiros no Monte das Oliveiras, a poucos quilômetros de Belém. Talvez o sucesso de seus empreendimentos e sua postura ativa de patrocínio literário, ajuda a exilados e aos necessitados tenha lhes garantido longas menções na documentação. Teria paralelos com suas primas?

São personagens, pois, que se cruzam a todo momento, cada qual com suas respectivas redes de relações. Explorá-las a fundo seria impraticável em um tempo tão exíguo quanto um artigo. Por isso, alguns limites foram impostos: primeiramente, a pesquisa foi pensada de forma a compreender as possibilidades de herança, posse e distribuição de bens de Paula e Eustáquia, e que relação isso teria com Jerônimo. Acredita-se que foram patrocinadoras de obras caritativas tanto quanto de seus trabalhos – ainda que este último ponto *não* esteja expresso em nenhum documento. Porém, qual era a extensão de seus fundos para fazê-lo? O patrimônio era, de fato, delas? Poderiam dispô-lo livremente? Seriam perguntas impossíveis de serem respondidas apenas com base no que deixou o eremita, de modo que outros homens e mulheres que estiveram, direta ou indiretamente, relacionados aos três, foram investigados.

Este pressuposto básico leva a um segundo limite dessa incorporação: como dito anteriormente, esta pesquisa não se trata de uma biografia desses personagens. Antes, procura entender como mulheres poderiam administrar suas posses. Os entraves dessa problemática são claros: pelo *corpus* escolhido, pouco poderia ser escrito em relação a como aquelas não dotadas de patrimônio o faziam. Além disso, como as mulheres não estavam encapsuladas entre si, restringindo sua atuação econômica a exíguas possibilidades, um cuidado em compreender como os *homens* entravam nessa lógica se fez necessário. Haveria possibilidade de um estudo nesse sentido que não passasse por questões de gênero e de origem social, tendo em vista que essas mulheres são conhecidas não por sua própria perspectiva, mas pela dos homens que conviveram com elas? Sabendo, ainda, que eram de elite, herdeiras, em sua maioria, de famílias senatoriais de grande expressão?

Desse modo, toda a análise que se seguirá estará ancorada no que se pode definir como *administração patrimonial feminina*: um conjunto de ações e decisões tomadas pelas mulheres acerca de seus bens materiais, fossem eles móveis – como joias, utensílios de luxo, roupas, dentre outros – ou imóveis – isto é, propriedades fundiárias. Via de regra, é possível inferir, a partir da documentação escrita, que tal conjunto está sustentado em um tripé: o agente que realiza a ação de vender ou doar, aquele que recebe e os objetos em si – cujo fluxo e interações eram bastante diversificados. Assim, as cartas de Jerônimo que sustentam esta hipótese serão escrutinadas seguindo dois vieses: um que enfatiza as *ações* de mulheres nesse processo; e outro que as identifica como uma forma do epistológrafo *angariar apoio* para si.

É evidente, então, que o objeto deste artigo perpassa necessariamente o questionamento de *como* acessar as mulheres tardo-antigas expressas (ou não) no *corpus* epistolar do estridonense. Até que ponto podemos resgatar suas agências? Por que enquanto algumas receberam tão-somente breve menção, outras tiveram suas biografias escritas e espalhadas entre diferentes círculos pelo Mediterrâneo? São perguntas, pois,

fundamentais do ponto de vista teórico e metodológico, sem as quais não se poderia aprofundar qualquer análise sobre a administração patrimonial feminina. Que se debruce nelas.

2.2 Nomeadas e aquelas que (quase) perderam o nome

Do ponto de vista qualitativo, cumpre lembrar que Jerônimo apresenta uma visão ambígua de Paula e Eustáquia quando em comparação aos homens de sua *gens*. É certo que receberam epítetos elogiosos em diversas circunstâncias; porém, o oposto também ocorria, a fim de ressaltar a fraqueza de seu sexo (*fragilior sexus*). Ainda assim, foram elas que se superpuseram aos seus amigos, maridos, cunhados e demais familiares quanto às qualidades de boas cristãs¹ e, portanto, de boas *dissipadoras* de seu patrimônio – uma clara, consciente e nada gratuita divisão de gênero. A despeito disso, o grau de proximidade entre a viúva, a filha e o monge não foi abalado, o que demonstra que o que se encara hoje como uma depreciação do feminino não contradizia uma provável genuína relação entre eles. Pelo contrário: reforçava um estereótipo específico que, em última instância, era positivo ao seu público leitor e apoiadores (ARNS, 2018, p. 148).

A questão se complexifica quando se ajunta àquelas que se conhece bem as mulheres (quase) invisíveis na documentação. Não seria coerente, por exemplo, que a tia, mãe e irmã de Jerônimo, sendo familiares próximas, aparecessem com mais frequência em seu epistolário? Por que se dispõe de tantos dados acerca de Paula, que o estridonense veio a conhecer depois dos trinta anos de idade, e tão escassamente de suas parentes? O que explicaria o fato de algumas mulheres se tornarem mais visíveis em determinados documentos do que outras?

Castorina foi uma dessas figuras escusas nas cartas do sobrinho, como exposto. Sobre ela, o único exemplar onde é mencionada ocupa menos de uma coluna na edição crítica de W. H. Fremantle e, apesar do objetivo de a missiva aparentar ser o de reestabelecer laços, Jerônimo a escreve de forma pouco conciliatória: *irascimini et nolite peccare*, “irrite-se, mas não peque”, é o que salienta, após deixar claro que a relação entre ambos era turbulenta (Jer., *Ep.*, 13). Analisando outras epístolas remetidas naquele ano, 374, observa-se um então eremita amargurado com sua terra natal – uma “presa do barbarismo”, segundo ele (Jer., *Ep.* 7) –, ainda que, por outro lado, contente com os “esforços do santo Juliano”, um desconhecido presbítero dalmatense responsável pelo êxito na conversão de sua irmã (*soror mea sancti Iuliani in Christo fructus est*) (Jer., *Ep.*, *idem*). Que postura ela costumava adotar que justificasse a assertiva, nada se sabe; mas, vale lembrar, sequer foi nomeada em algum recôndito de seus escritos.

Se as recentes pesquisas acerca da trajetória do autor estiverem corretas, seus *cognatos* eram de relativa posse, uma vez que conseguiu ter seus estudos bancados quando adolescente e foi discípulo de Élio Donato em uma famosa escola de retórica (NICHOLS, 2014, p. 5-6; CAIN, 2009, p. 1-2)². No entanto, nada indica que tenha se empenhado em uma carreira pública – pelo contrário: tomou o rumo do cenobitismo. Teria ele confrontado anseios de seus familiares e, por isso, romperam o decoro das boas relações? É o que supõem Stefan Rebenich e Jorge Gabriel Rodrigues de Oliveira (REBENICH, 2005, p. 6; OLIVEIRA, 2016, p. 51).

O que é intrigante a respeito das rápidas menções à Castorina e à irmã é que Jerônimo as faz justamente nos primórdios de sua carreira epistolar, após concluir seus estudos em Roma. Mais dúvidas surgem: teria sido uma tentativa de o eremita buscar recursos ou, no mínimo, apoio? Difícil afirmar. Por outro lado, importante notar que não escapou a Andrew Cain que estas cartas compuseram o *Epistularum ad diversos liber*, deliberadamente organizados anos mais tarde por seu próprio autor, a fim de ser publicado quando retornara à *cidade eterna* em 382 – ainda um *outsider* sem grandes fontes de financiamento. Com isso, fica evidente que sua família foi usada para destacar sua dificuldade no deserto, seu isolamento, e, talvez, a dificuldade que passava no momento que esta primeira porção de seu epistolário foi enviada³. Ambas as mulheres, nesse sentido, seriam mais um retalho biográfico para a autopromoção de Jerônimo frente à elite romana do que personagens dignas de nota, de fato. Caso contrário, seriam destinatárias mais frequentes de suas cartas, teriam suas vidas homenageadas em epitáfios e biografias, ou se veriam como importantes

¹ É o que lembra Jerônimo a Pamáquio: apesar de seus predicados de monge, ele era ultrapassado por Paula e pelas filhas (*et cum omnia, quae dixi, feceris, ab Eustochio tua Paulaque uinceris, si non opere, at certe sexu*). Ver: CSEL, 54.

² Na *Vida dos Homens Ilustres* e na *Apologia*, segundo Fremantle, é possível vislumbrar relances sobre sua vida privada: era, por exemplo, de pai e mãe cristãos – provavelmente morreram durante a invasão de Estridão, de onde Jerônimo era natural, em 377 –, de relativas posses, dentre escravos e algumas propriedades.

objetos de dedicatória de prefácios e comentários. Porém, nada disso ocorreu.

Não cabe aqui expor mais do que isto: basta dizer que, enquanto categoria relacional, o *gênero* envolve sempre a relação hierárquica e dual entre homens e mulheres – e mais: segundo Elizabeth Clark, esta relação não é simplesmente dada, essencial e fixa, pois, as identidades sociais são fluidas, complexas e são construídas por meio do *discurso* (CONSTANTINOU, 2012, p. 43). Com isso, atentar-se-á ao fato de que não se tratará aqui de quaisquer mulheres, mas, sobretudo, de romanas provenientes da elite senatorial e comprometidos com pautas de um chamado *ascetismo financeiro*, para retomar a terminologia empregada por Liana Lamprecht (2019, p. 7, 17, 27).

3. Herdar, possuir, fluir: aspectos jurídicos da posse e dissipação patrimonial por mulheres entre os séculos IV e V d.C.

3.1 O que poderia uma mulher possuir? Caminhos interpretativos possíveis

A posse de bens na Antiguidade Tardia era assunto recorrente na literatura como um todo, material pelo qual se pode identificar uma preocupação quase palpável da elite em relação à sua preservação, aumento e fluxo – isto é, para onde iriam e em quais circunstâncias. Nesse sentido, os casos conhecidos de evasão da substância por parte de mulheres, como Paula e Melânia, as Antigas, são emblemáticos sobre como mesmo cristãos, *a priori* influenciados pela retórica bíblica da pobreza, temiam sua dispersão a esmo.

Contudo, se são bem conhecidos alguns fins dados a esses bens, não se pode afirmar com tanta segurança a respeito dos meios. Em outras palavras, se o epistolário de Jerônimo de Estridão evidencia este tema não raras vezes, é certo que é lacônico em uma questão central: estas virgens, viúvas e matronas romanas, sobre as quais tanto escreveu, poderiam de fato herdar, possuir e dissipar seu patrimônio sem quaisquer interdições e entraves? No que este consistia? Era, essencialmente, delas, de forma que poderiam dele dispor deliberadamente?

Um primeiro indício a ser apontado, constante nos documentos, é que séquitos de mulheres convertidas começavam sua mudança de vida laicizada para cristã doando suas roupas de seda e adotando, em seu lugar, aquelas mais simples, feitas de lã ou pelo de animais; ou, ainda, dissipando pequenos objetos de valor, como joias. Ao que tudo indica, outros indivíduos não tinham gerência sobre eles: eram posses, de fato, suas.

Pode-se interpretar as ações, então, como estratégicas: como explica Claire Sotinel, a evasão de supérfluos, dentro de certos limites, dificilmente prejudicaria o patrimônio total de uma família. Nesse sentido, substituir a indumentária pessoal, de grande valor, por opções mais pobres representava no máximo um espanto aos familiares – como os casos de Blesilla, Asella e Melânia, a Jovem atestam (Jer., *Ep.* 39, 24; Ger., *Vit. Mel.*, 4) –, pouco impactando em suas finanças como um todo. De maneira geral, não à toa as mulheres cristãs conhecidas por sua dilapidação e ascese começavam este tipo de atividade dissipatória por itens de sua própria posse. Caso comessem liquidando terras, encontrariam bem mais entraves – inclusive jurídicos. Desse modo, apenas um tanto mais tardiamente encontram-se descrições de vendas de propriedades a fim de gerar ouro para ser redistribuído aos pobres.

No *corpus* estudado, talvez o exemplo mais emblemático disso seja o de Asella, virgem consagrada do Aventino que, segundo a carta 24, irrompeu em um episódio de rebelião adolescente cristã, surrupiando dos pais (*arripuit*) um cordão de ouro (*aurum colli*) ricamente trabalhado. A julgar menos pelo metal com o qual foi feito e mais pela descrição detalhada de Jerônimo sobre seu formato retorcido (*flexuosi catena*), era um objeto de valor. Feito isso, a então jovem pusera uma roupa preta (*tunicam fusciolem*) que a mãe jamais pensou que usaria e o vendeu (*vendidit*) sem que nem ela, nem o pai soubessem – ato simbólico para

³ A tese de fôlego de Dom Paulo Evaristo Arns demonstra, por meio de um simples verbo – *dictare* –, que de fato o eremita passava por um momento de escassez material em seus anos de deserto, o suficiente para não dispor de seu próprio séquito de taquígrafos. Ver: ARNS, Paulo Evaristo. A redação. In: _____. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. São Paulo: Unesp, 2018, p. 53-54, 71.

mostrar o quão desapegada de bens mundanos era (Jer., *Ep.*, 24.3)⁴. Não seria algo inédito na literatura: a hagiografia escrita por Gerônimo deixa claro que Melânia, em meio à luta para conseguir a posse real de suas terras, chegara à Corte de Serena com pequenos objetos móveis e valiosos a fim de ofertá-los à imperatriz como uma espécie de moeda de troca por um auxílio prestado – o que já deixa implícito que, se a santa não os roubou de alguém, é porque os detinha de fato. É no interior dessas disputas, então, que se consegue vislumbrar o que virgens, viúvas e matronas possuíam de valor.

A propósito, outra via de investigação possível concerne justamente à atribuição de presentes (*munera, munusculis, dona*). No epistolário de Jerônimo, a questão pode ser visualizada por meio de quatro cartas (Jer., *Ep.*, 30, 31 e 44)⁵, de cunho metonímico e com extensas alusões a passagens bíblicas, onde o monge agradece por uma série de artigos. É o que faz na carta 31, por meio da qual expressa gratidão pelas pombas, braceletes e epístolas (*columbas, armillas et epistulas*) recebidos de Eustáquia em comemoração à festa de São Pedro. Mais tarde, a própria jovem e sua mãe, já ausentes de Roma, escrevem a Marcella adotando o mesmo teor pelo saco de dormir, cadeiras, velas, cálices e mata-moscas (*saccus, cerei, calices, muscaria*) a elas remetidos. De grande valia para sua nova jornada, eram, no entanto, supérfluos (*luxuria*) para o modo de vida no qual estavam ingressando. Saindo de Roma, a carta 71 traz igualmente votos de agradecimento, dessa vez pelas duas pequenas capas e um manto (*palliola, amphimallum*) recebidos de Lucínio e Theodora da Bética. Jerônimo, na ocasião, manda-os, em retribuição, vestes feitas de pelo de cabra (*ciliciola*). Ao que tudo indica, houve, nos três casos, certa autonomia na aquisição e transmissão das lembranças.

De maneira mais generalizada, é possível afirmar que as referências aos objetos que estavam na posse de mulheres, no momento de sua dispersão, não são ausentes no epistolário estudado – mas são significativamente lacônicas no que tange aos de Paula e suas filhas. Um indício importante será revelado no tópico *Um legado maldito*, posteriormente: a única certeza é de que possuíam dinheiro quando partiram de Roma e peregrinaram pelo Norte da África, posto que lá “aliviaram as necessidades dos santos” por meio de doações. Terras, as possuíam, porém nada se sabe de sua extensão. Ouro, igualmente (Jer., *Ep.*, 22.3). Escravos também – mas foram libertos para servirem à peregrinação, e, mais tarde, à comunidade de Belém. Não andavam nuas, tampouco: trajavam roupas elegantes, próprias à elite, antes de se converterem ao modo de vida monástico. De resto, pouco se sabe.

3.2 Um rico vocabulário econômico

Na equação que se tenta demonstrar no presente artigo, dois pontos são particularmente nevrálgicos: as posses materiais de um indivíduo; e a maneira como se *lidava* com elas. A despeito das lacunas, pode-se afirmar que o vocabulário concernente a este assunto era bastante insuflado: nele, observa-se que a elite poderia deter uma ampla gama de possessões (*possessionis*)⁶ – das quais as mulheres não eram excluídas: joias (*gemmae*), anéis (*anuli*), colares, (*colli, monilis*), roupas (*vestis, tunicas*), vestidos de seda (*serica*), sapatos (*socci*), escravos (*servi, ancillae, mancipium, servuli*)⁷, ouro (*aurum, solidi*), prata (*argentum*), bronze (*aes*), moedas (*nummi*), dinheiro (*pecunia*), toalhas (*mantelis*), mobiliário doméstico (*domesticae supellectilis*), casas (*domus*), livros adornados (*gemmis codices*), pergaminhos avermelhados (*membrana colore purpureo*) – fora a comida (*cibo*) e o vinho (*vinum*), que lhes eram fartos. Boa parte disso era acondicionado em baús (*arcis*) e armários (*armaria*) – na carta 22, descritos como essencialmente femininos –, que, se existiam, era para manterem uma multiplicidade de itens pessoais bem-organizados e juntos em um só lugar.

Os verbos relativos a esse patrimônio variavam também enormemente: de calcular (*subputare*), possuir (*habere*), aceitar (*acceptare*), receber (*accipere*), tomar (*porrigere, arripere*), ofertar (*offerre*), vender (*vendere*), comprar (*redimere*), doar, entregar, dar ou oferecer (*dare, facere, transmittere*), devolver (*remittere*), arruinar (*perire*); até andar carregado com ouro (*onusta incedis aurum*), fazer economia (*conpendium esse*);

⁴ Asella aparece também em: Pal., *Hist. Laus.*, 41.4.

⁵ Ver também: Ep. 71. Sobre a epístola 31, ver: ADKINS, Neil. A Hieronymian Crux: "Epist". XXXI, 3, 2. *Latomus*, t. 63, fasc. 3, 2004, p. 689-692.

⁶ As conjugações e declinações, doravante, aparecerão respectivamente no infinitivo e no nominativo. Para averiguação dos significados, foi utilizada a plataforma *Perseus* e o *Dicionário Latim-Português*, de Ernesto Faria.

⁷ De acordo com o *Dicionário Latim-Português*, *servulus* era um escravo de baixa categoria.

passando por abandonar (*dimittere*), desprezar (*spernere, contemnere*), dispersar ou dividir (*dispertire*), dilapidar (*dilapidare*), abandonar, renunciar ou ceder (*dereelinquere, concedere*), distribuir (*distribuere*) dissipar, alienar ou transmitir direitos de propriedade (*alienare*), gastar publicamente (*erogare*); e também por aumentar, inchar (*augere*); perder ou corroer (*accidere, perdere, amittere*). A propósito, que cristãos exemplares como Eustáquia não glorificassem (*gloriari*) as riquezas – pelo contrário, que evitassem, desviassem ou desdenhassem (*declinare*) delas. Que não nutrissem a avareza (*avaritia*). Que fugissem da ostentação (*ostentationem fugare*).

Isto sem mencionar os inúmeros complementos que poderiam estar vinculados a tais ações: valor, preço ou prêmio (*pretium*), esmola (*elemosynam*), riqueza (*diuitiae*), rendimento, renda ou salário (*agrorum tributis, reditus, mercede*), despesas (*inpensae*), bens familiares (*res familiaris*), substância (*substantia*), um pequeno patrimônio (*patrimoniolum*), uma herança (*hereditatem*) – no caso de objetos diretos, predicativos e adjuntos; e, no caso de complementos indiretos: aos pobres (*pauperibus*), necessitados (*ad agapen*), miseráveis (*egentibus*). Não apenas isso: Jerônimo ainda escreveu, não poucas vezes, sobre a humildade (*humilitas, humilitatem, humilis*), a misericórdia financeira⁸ (*misericordia*) e a pobreza (*paupertas*), todos itens relacionados ao campo semântico econômico. Vale lembrar que o sentido poderia ser literal ou alegórico, isto é, tributário das Escrituras – nem sempre plenamente fáceis de identificar nos documentos.

A conclusão à qual se chega por meio desta constatação é: as amplas possibilidades sintáticas e semânticas disponíveis para se referir à dispersão material são um forte indicativo do quão Jerônimo se preocupava em expressar a necessidade de tal ação aos seus leitores. Evidência, ainda, uma preocupação em racionalizar, por meio de palavras, um ideal de vida a ser não apenas conhecido e introjetado, como também factível. Em última instância, acredita-se que esta variedade tenha servido à intenção de educar a elite consumidora do epistolário a pensar e agir de determinada maneira. Caso contrário, o vocabulário seria bem mais enxuto e menos constante.

Se dois dos pontos nevrálgicos da administração patrimonial eram a *substância* e o *fluxo* a ela dado, resta discorrer sobre *quem* estava envolvido nisso – e, do ponto de vista de gênero, não havia quaisquer diferenciações: no que concernia à máxima de *seguir o Cristo desnudo*, Jerônimo não tinha predileções a homens ou mulheres, não obstante tenha dado um destaque maior àquelas que apoiavam sua causa, sobretudo as romanas. Desse modo, Paula, Eustáquia, Marcella e Fabíola transformaram-se, em suas cartas, nos principais faróis a serem seguidos pela elite cristã de seu tempo.

3.3 Preenchendo lacunas da documentação

Argumentou-se acima sobre como a questão do patrimônio era uma preocupação quase palpável da elite romana na Antiguidade como um todo, assunto do qual as mulheres não estavam omissas nem na documentação biográfica, nem em cartas, nem na legal – cabendo às novas gerações de historiadores trazê-las à tona e interpretar sua aparição a partir destes diferentes suportes. Na presente seção, serão apresentados alguns dos principais apontamentos que a historiografia mais recente focada na história de gênero e das mulheres tem trazido sobre o assunto, a fim de começar a delinear o entendimento sobre direitos e deveres destes agentes históricos. Respondendo às perguntas lançadas anteriormente, acredita-se que serão abertos alguns caminhos interpretativos a respeito da riqueza de Paula e Eustáquia, de outras mulheres do *corpus* analisado e além. O que deve ser circunscrito, antes de tudo, é que o período estudado se refere já a um mundo romano em um tímido, mas progressivo processo de cristianização, sobretudo entre as elites.

Pode-se começar a exposição dizendo que, uma vez que não era peculiar que *caçadores de legado*, dos quais se falará mais tarde, e até mesmo parentes, tentassem se apropriar do patrimônio de um indivíduo, sobretudo crianças e pré-adolescentes órfãos⁹, a literatura jurídica se muniu de deveres e penalidades a fim de garantir sua preservação. Tentativas de fraude na administração dos bens e usurpações, portanto, não parecem ter sido uma raridade, e as leis, embora de difícil interpretação, faziam eco a incômodos senatoriais¹⁰. Dentro

⁸ Não raras vezes traduzido como “caridade” – cuja palavra mais próxima no latim, no entanto, é *caritas*, cuja acepção reservava um sentido muito mais religioso do que econômico, propriamente.

⁹ Legalmente falando, a pré-adolescência na Antiguidade Romana era alcançada em idades diferentes em meninos e meninas: catorze, no primeiro caso, e doze, no segundo. Cf.: HUMFRESS, 2007, p. 216.

¹⁰ CROOK, J. A. Women in Roman Succession. In: RAWSON, Beryl (ed.). *The family in Ancient Rome: New Perspectives*. Ithaca/New York: Cornell University Press, 1986, p. 58; LAURENCE, Patrick. *Les*

deste assunto, é pertinente abordar a questão da tutela de impúberes (*tutela impuberum*) visada nos casos de menores de 12 ou 14 anos (respectivamente, meninas e rapazes, *pupilae* e *pupili*) cujos pais eram falecidos ou haviam abandonado seus filhos em prol da vida ascética – como nos casos dos filhos de Melânia¹¹ e Paula, as Antigas. Os responsáveis pela guarda destes jovens (*tutela pupili*) deveriam ter, segundo Judith Grubbs, deveres morais para com seus protegidos, inclusive o de resguardar suas propriedades:

O guardião, chamado tutor, de um tutelado menor de idade (*pupillus* or *pupilla*) seria apontado pelo pai em seu testamento, ou, se nenhum apontamento fosse feito, a guarda iria para o parente do sexo masculino mais próximo do lado paterno (agnato), geralmente o tio paterno. Na ausência de agnatos elegíveis, o pedido seria feito às autoridades, usualmente pela mãe das crianças, para a nomeação de um tutor. Sob as leis romanas, uma mulher não poderia servir como tutora, embora mães às vezes contornassem essa regra. Um tutor, via de regra, não vivia com seu tutelado, nem seria para ele um parente substituto. Crianças sem pai geralmente viviam com suas mães, embora esta não tivesse a *potestas* sobre eles ou pudesse controlar suas propriedades. O propósito da *tutela impuberum* era salvaguardar a propriedade das crianças dos interesses dos agnatos até a criança ser madura o suficiente para gerir suas propriedades (GRUBBS, 2002, p. 23).

Contudo, apesar da preocupação com os *pupili* e de haver casos em que um indivíduo poderia se tornar legalmente independente (*sui iuris*) da tutela do *paterfamilias*¹² mesmo antes deste morrer¹³, Grubbs acrescenta que até adolescentes (isto é, não mais impúberes) acabavam ficando sob um tipo de tutoria (*cura minorum*) até completarem a maioridade (vinte e cinco anos de idade), dada a imaturidade e o risco de serem assediados por indivíduos como *captatores*, ou caçadores de legado (HUMFRESS, 2007, p. 212; GRUBBS, 2002, p. 23). De acordo com a genealogia da historiadora, esta foi uma prática encorpada durante o reinado de Septímio Severo que alcançou grande extensão durante o século IV. Somente aqueles que demonstravam bom comportamento poderiam ser liberados dos tipos de tutela relatados (GRUBBS, idem; *CTh.*, 2.17.1.1 (324)), como curiosamente parece ter sido o caso de Melânia, a Jovem. Por isso, Caroline Humfress (2007, p. 212-215) salienta que a posição na família, sexo e idade afetavam diretamente a capacidade de um indivíduo de executar certas ações, como a de fazer um testamento ou um dote¹⁴.

Em um livro dedicado a comentar a chamada Era Constantiniana, a supracitada historiadora acrescenta que o *corpus* jurídico deste imperador era repleto de concatenações entre relações familiares e bens (*res*), e que o período em que governou – cerca de uma ou duas gerações anteriores a Paula e Jerônimo – foi marcado por um favorecimento dos direitos maternos sob crianças cujos filhos haviam morrido *intestate*, ou seja, sem testamento (em outras palavras, elas poderiam herdar até um terço das propriedades dos filhos que porventura falecessem precocemente). “As mães”, explica ela, “poderiam herdar bens de seus filhos. Inversamente, três constituições espalhadas entre o início e o fim do reinado de Constantino garantem o direito de menores *in potestate* herdarem bens de sua mãe (chamado de *bona materna*)”¹⁵ (HUMFRESS, 2007, p. 218; GRUBBS, 2009, p. 213); data da época, ainda, leis que possibilitam que crianças poderiam se emancipar legalmente de seu *paterfamilias*. Na mesma linha de raciocínio, Mark Edwards afirma que as constituições constantinianas foram especialmente atentas às transferências patrimoniais.

Na ausência do poder paterno, os especialistas em leis tardo-antigas chamam atenção para a necessidade de um tutor para substituí-lo e ressaltam que mesmo crianças com idade superior à puberdade tinham

droits de la femme au Bas-Empire: le code Théodosien. Textes, traduction e commentaires. Paris: Éditions Chemins de [tr@verse](#), 2012.

¹¹ Paládio e Paulino de Nola usam o termo *parvulus* (pequeno) para se referirem ao único filho de Melânia. Publicola, deixado em Roma sob os cuidados de um guardião. Nesta ocasião, é provável que o menino tivesse em torno de oito anos. Ver: BOOTH, 1981, p. 249; Pal., *Hist. Laus.*, 46; Paul. *Nol. Ep.*, 29.9.

¹² No Direito Civil romano, o termo *familia* cobria um conjunto bem específico de relações sociais, que abrangiam não só os *parentes* (termo em latim para designar indivíduos ligados por uma ascendência linear) como descendentes de alguém. Como se sabe, o *paterfamilias* era, na maioria das vezes, o homem livre mais velho da família extensa livre. Dentro dessa unidade jurídica, era também o indivíduo que possuía seu próprio poder legal (*sui iuris*) e que, por conta disso, resguardava não só os outros membros da família sob sua *potestas*, como também propriedades (*res*), fossem elas objetos móveis, imóveis ou escravos.

¹³ Grubbs, Arjava e Laurance concordam quanto à duração da extensão do poder paterno, que ia até sua morte – à exceção de alguns casos que relatam sobre pais que liberaram os filhos precocemente de seu poder, garantindo-lhes o *sui iuris* antes de falecerem; isso parece ter sido relativamente comum durante a Antiguidade Tardia.

¹⁴ Humfress diferencia dote de outros tipos de patrimônio: enquanto o primeiro era herdado pelo marido para cobrir as despesas domésticas após o casamento, outras propriedades poderiam continuar na posse da esposa.

¹⁵ Na epístola 14, Jerônimo cita o oposto – o *bona paterna* –, acusando Heliodoro de cobiçar os bens de seu pai (*si perfectus es, cur bona paterna desideras?*). Ver: Jer., *Ep.*, 14.6.

capacidade jurídica muito limitada, pelo menos até os 25 anos. Isto porque a morte do *paterfamilias* requeria a transmissão do patrimônio a seus herdeiros – assunto sobre o qual um complexo conjunto de regras foi pensado desde pelo menos a República tardia (HUMFRESS, 2007, p. 217-218). Se *tutor testamentarius* era o termo atribuído aos guardiões legais das crianças e pré-adolescentes órfãos designado pelo *paterfamilias*, havia ainda os *tutores legitimi*, quando o chefe da casa não os tivessem nomeado, mas ainda estivessem dentro do círculo familiar paterno (GRUBBS, 2002, p. 236). Por outro lado, uma lei de 329 proibia tutores de liquidarem a herança de seus dependentes, “presumivelmente no contexto de transformar propriedades em dinheiro que poderia ser então investido ou emprestado a juros altos” (HUMFRESS, 2007, p. 217). Novamente, uma informação de grande relevância no cenário de dispersão patrimonial das *sanctae* estudadas.

A lei, vale lembrar, parecia alcançar um público-alvo bastante específico: a elite, pois o responsável técnico por rascunhá-la, segundo Humfress, visava um patrimônio que incluía ouro, edifícios, banhos, estoques, animais, propriedades rústicas e escravos vinculados a elas. Ressalta-se que não há qualquer menção, pelo menos neste caso específico, ao cristianismo no excerto, que parece cioso de preocupações da elite de longa data para com a memória familiar e patrimonial. O mais curioso é que o papel de escritos de cunho laudatório, tão habituais entre os séculos IV e V, era sublinhar e positivar como certos indivíduos se desfaziam de objetos materiais por humildade e desprendimento da vida mundana, sem nunca levar em consideração aspectos jurídicos como os apontados acima – algo que não devia passar despercebido pelas famílias aristocráticas romanas. Um silêncio, pois, deliberado.

Exposto isso, embora não se saiba quase nada a respeito de como se deram os processos de tutoria exemplificados acima por meio dos casos de Melânia e Paula, as Antigas, ficou claro que, antes de se entregarem à sua vocação cristã, não se abstiveram de cumprir seus deveres de matronas. Não deixaram seus filhos desassistidos. A todo o conjunto de evidências trazidas até o momento, é necessário incluir, então, no escopo deste assunto, o cumprimento de um pedido de Jerônimo feito em 403, em carta a Laeta: que sua filha, Paula, a Jovem¹⁶, permanecesse uma virgem consagrada e que fosse, quando mais velha, direcionada aos cuidados da avó, da tia e do próprio Jerônimo em Belém. Segundo o estridonense, isso livraria a mãe de difíceis tarefas como a de educá-la, além da responsabilidade da tutela. É nesse contexto que o monge se oferece para exercer o papel de tutor da pequena Paula (Jer., *Ep.* 107.13).

Este é, portanto, um testemunho interessante do quão a busca de um tutor confiável devia ser um assunto imprescindível, embora maçante, para os pais. Afinal, mesmo sem ver a mãe depois de sua partida de Roma quanto ainda criança, Toxócio e a esposa concordaram com a consagração da filha e anos mais tarde de fato a mandaram para Belém. Em termos de cronologia, é importante salientar que Paula era ainda um bebê quando sua avó faleceu; se for aceita a interpretação de Marjorie Lightman sobre o caso, é provável que sua educação em Roma tenha sido não apenas nos moldes cristãos e clássicos, como a epístola 107 sugere, mas estivesse concentrada também em como bem gerir o patrimônio da família. Vale lembrar que Paula, a Antiga não teve *netos* – aliás, nem outra neta. Não é demais supor, assim, que Paula, a Jovem tenha dado de fato continuidade ao legado da matrona, mesmo que esta tenha deixado à posteridade, em termos econômicos, somente dívidas (isto é, se confiarmos no testemunho laudatório de Jerônimo)¹⁷.

Pode-se sustentar a hipótese acima levando em consideração um pequeno trecho da *Vida de Melânia, a Jovem* em que Gerôncio comenta sobre a passagem de Paula, a Jovem pelo Monte das Oliveiras, onde a santa geria há aproximadamente uma década seu mosteiro para virgens: “sua prima, a abençoada virgem Paula, também veio vê-la. A santa mulher, Melânia, a guiara em todos os comandos de Deus, e também a trouxe da grande vaidade e dos modos romanos de pensar de volta à humildade” (Ger., *Vit. Mel.*, 40). Este curto testemunho, então, leva a crer que de fato Melânia pode ter instruído a jovem – que não deveria ter muito mais de 15 anos à época – não apenas a abandonar seu modo de vida aristocrático romano, como também ter-lhe transmitido algo sobre a gestão de seu próprio mosteiro. Não apenas isto: algumas passagens

¹⁶ Neta de Paula, a Antiga.

¹⁷ Analisando, pois, as cartas de Jerônimo na diacronia e sustentando o argumento de que de fato conseguiu exercer forte influência na família de Paula, a Antiga, vindo a ser o tutor de sua neta (Paula, a Jovem) e o sucessor do legado da matrona junto a Eustáquia, pode-se concluir que isso deve ter gerado controvérsias em Roma, onde as mulheres tinham família.

adiante, Gerôncio afirmaria que ambas se encaminharam a Belém, onde passaram, segundo Elizabeth Clark, a noite de Natal no ano de 439. Logo depois, as primas retornaram a Jerusalém, onde Melânia faleceu pouco tempo depois (Ger., *Vit. Mel.*, 63; CLARK, 1984, p. 151).

Deve-se lembrar que as mulheres não eram excluídas da atribuição de tutora: em caso de menores órfãos de pai, a mãe poderia servir como uma, ainda que necessitasse da intervenção legal de pretores (no caso romano), governadores e magistrados locais (no caso provincial) ou do conselho da cidade (no caso da Província da Arábia) (GRUBBS, 2002, p. 236, 242). Em alguns casos específicos, como revela Judith Grubbs, o marido poderia afirmar o direito da esposa de ser guardiã dos filhos em seu testamento. Em caso análogo, que demonstra que as mulheres não só poderiam como deveriam ter um papel ativo na tutela das crianças, Constantino deixa implícito em resposta a um procônsul da África que as mães precisavam solicitar guardiões para os menores, de forma a evitar problemas futuros relativos à herança em caso de morte precoce de seu(s) filho(s) (*CTh.*, 3.17.4; GRUBBS, *ibid.*, p. 239) – muito embora, é verdade, se possa encontrar passagens no Código Justiniano que revelam uma pretensão ao distanciamento feminino quanto ao assunto, desqualificando-as pela *fragilidade de seu sexo*: “[...] a necessidade de requerer curadores não foi imposta às mães, uma vez que aqueles que alcançaram a puberdade mas ainda não completaram vinte e cinco anos deveriam requisitar curadores por eles mesmos, se os assuntos assim exigirem”¹⁸. Afinal, “administrar a guarda é um fardo do homem, e um dever como este está acima da fraqueza do sexo feminino”¹⁹.

Apesar disso, de acordo com as conclusões de Grubbs, o número de passagens que se referem à confiança de maridos em suas mulheres para serem tutoras de seus filhos – e, por extensão, de seu patrimônio – é expressivo demais para ser interpretado como casos isolados, dignos de pouca relevância. Pelo contrário: a historiadora crê que o fenômeno era bastante conhecido tanto na Itália quanto nas províncias (GRUBBS, 2002, p. 243). Ademais, as múltiplas referências legais à geração de herdeiros mostram que este era um tema sensível dentro dessa discussão – visto que, em caso da morte do pai, todas as engrenagens do fluxo de bens giravam em torno do(a) filho(a) –, e, por conta disso, algumas leis previam que houvesse uma rígida investigação da paternidade. Tudo isso aponta para a “ansiedade de uma sociedade obcecada com questões de legitimidade e propriedade”, segundo a historiadora (HUMFRESS, 2007, p. 206)²⁰.

Para sumarizar um assunto cujos espectros são múltiplos, o que parece claro na documentação jurídica é que era necessário legislar sob a tutela de crianças órfãs de pai. Como brevemente mostrado, a historiografia recente sobre o assunto vem constatando que as leis romanas procuravam garantir que a propriedade paterna fosse direcionada aos herdeiros adequados – e, dado o volume desse tipo de documento normativo, subentende-se que existia uma intensa preocupação quanto ao fluxo desses bens. Viu-se, ainda, que os menores de idade eram constantemente citados e, ao que tudo indica, podiam ser os receptores diretos do patrimônio paterno. Contudo, as nuances em meio a quem poderia e deveria de fato tutelar estas crianças eram numerosas, podendo-se encontrar desde querelas quanto ao pedido de guarda até suposições de que os guardiões (fossem eles da família do pai, como os agnatos, ou não) estavam administrando de forma equivocada os bens. Este fato nada trivial aponta para a importância de se gerar herdeiros e garantir que o patrimônio parasse em mãos adequadas. A sucessão, pois, tornou-se um assunto delicado e fruto de inúmeros debates entre juristas e de decretos imperiais: quem, afinal, deveria ficar com a posse dos bens de um pai falecido? Seu irmão, filho(a), esposa ou um tutor externo? As respostas variavam; como também já mencionado, era atribuída à mãe a responsabilidade – pelo menos no século V – de procurar um tutor, incorrendo ao risco de perder o direito à sucessão caso não o fizesse. Estes assuntos, pois, não aparecem desvinculados da análise da vida de Paula, a Antiga: vale lembrar que perdera marido e filhos antes de ir a Belém.

¹⁸ However, the necessity of requesting curators has not been imposed on mothers, since those who have reached puberty but are less than twenty-five ought to request curators for themselves, if their affairs require it (*Cod. Just.* 5.31.6 apud GRUBBS, 2002, p. 243-244).

¹⁹ Administering a guardianship is a man's burden, and such a duty is beyond the sex of feminine weakness (*Cod. Just.* 5.35.1 apud GRUBBS, 2002, p. 243). Embora Judith Grubbs sugira que era possível que as mães recebessem o direito de exercer a guarda dos filhos através de uma concessão imperial, é provável que as duas passagens destacadas tenham sofrido interpolações posteriores. De toda forma, a historiadora do Direito Romano apresenta em seu livro uma série de outros excertos que sustentam que, apesar dos homens serem os preteridos como guardiões, mulheres também poderiam executar este papel.

²⁰ Caroline Humfress aponta para uma conclusão muito semelhante ao revelar que no início do século IV uma série de rearranjos extraconjugais estavam sendo formados. O problema não era ter filhos fora do casamento, mas fazê-los legítimos incluindo-os em testamentos e doando-lhes presentes

Por fim, é pertinente frisar que as mulheres na Antiguidade, pelo menos sob a óptica normativa, tinham um estatuto inferior aos homens em várias esferas da vida, o que restringia sua atuação no espaço público: tinham, por exemplo, que recorrer à autorização de seus *tutores* para que pudessem executar atividades legais ou de negócios; poderiam ter propriedades, mas não aliená-las, de maneira geral, sem sua autorização; não poderiam exercer cargos públicos à exceção de alguns sacerdócios, nem atuar como advogadas ou banqueiras – embora lhes fosse outorgado fazer empréstimo de dinheiro a juros; e ainda que fosse esperado que ricas mulheres usassem seu patrimônio em despesas públicas e obrigações cívicas, não era uma obrigação como para os edis. Meninas podiam, ainda, herdar bens, possuindo os mesmos direitos de sucessão que os menores de idade do sexo oposto. Mulheres, por sua vez, podiam fazer testamentos, porém sob tutela. Isso já esclarece muito, portanto, do conteúdo das cartas de Jerônimo e de outros documentos tardo-antigos análogos.

Contudo, e aquelas que optavam por desfazer-se de seu patrimônio, mesmo sabendo que suas propriedades eram assunto familiar, não propriamente individual? E aquelas que, mesmo tendo filhos, gastavam tudo o que tinham? Como ficavam as crianças?

3.4 Um legado maldito: um caro projeto monástico acompanhado de dívidas maternas

Se nos tópicos acima se teve a preocupação de salientar o apreço que Paula, a Antiga teve para com Toxócio e Rufina, prováveis *pupilli* que necessitavam de um guardião quando a matrona enlutada resolveu embarcar para Antioquia, é preciso não esquecer que seu modo de vida pode ter causado desde muito cedo tormento em termos financeiros. Afinal, a caridade *a priori* sem limites de Paula e a empreitada de se construir um convento em uma área rural no Oriente – Belém²¹ – não foram ações pautadas apenas na boa vontade da matrona, o que significa que um esforço pecuniário foi feito.

Que se faça uma breve lembrança dos eventos que antecederam sua partida: segundo a percepção de Andrew Cain (CAIN, 2009; NICHOLS, 2014, p. 5, 13), após ser convidado a se retirar da antiga capital do Império por conta de sua conduta – a saber, importunação sexual e sob a acusação de ser um *captator*, ou “caçador de legado”, como será visto adiante –, Jerônimo e um séquito de rapazes tomaram um navio em Porto, de onde Paula também partiu apenas algumas semanas mais tarde. A julgar pelas cartas remetidas imediatamente antes e após sua expulsão de Roma – a saber, 43, 45 e 46 –, pode-se supor que o monge tivesse planos para fazer a vida bem longe da cidade que considerava a capital das difamações (Jer., *Ep.*, 45.6). Em uma época na qual o monasticismo e as peregrinações cresciam no Norte da África e Oriente – bem como a quantidade de refugiados que buscavam abrigo destes locais –, um empreendimento deste tipo era ambicioso. A sustentação desta hipótese pode vir de algumas passagens da carta 108, que revelam que Paula era alvo de uma série de boatos maldosos – assim como ele próprio era (Jer., *Ep.*, 108.15, 19, 26; *Adv. Ruf.*, 1.3).

Que Roma não era o destino preferido do monge do deserto, isso é evidente em uma série de cartas dedicadas a atacar verbalmente a elite local (24.1, 45.2, 5, 6, 46, 54.2, 5, 117.1, 118.6). A recíproca, no final das contas, era verdadeira, e até de ter contribuído para a morte de Blesilla Jerônimo foi acusado, como já mencionado. Logo, quem teria, de fato, expulsado Jerônimo da antiga capital do Império no Ocidente: o clero – como Peter Brown já tinha salientado (BROWN, 1990, p. 301) – ou senadores romanos incomodados com sua importunação e proximidade com as damas do Aventino? O fato é que, a bordo de um navio em Óstia, Jerônimo escreve a Asella: “Alguns me avaliam como um homem mau [...]. Traidor infame [...], que mente e engana por meio de artes satânicas” (Jer. *Ep.*, 45.1, 2 (CSEL 54, p. 323)). Ora, é de se esperar que uma mãe enlutada que amava sua filha recém-falecida, como a carta 39 demonstra, nutrisse minimamente algum rancor por aquele acusado de ter contribuído para seu óbito; contudo, o rumo de Paula indica que

²¹No Prefácio aos comentários sobre *Eclesiastes*, Jerônimo se refere a Belém como uma comunidade não muito grande. Andrew Cain, analisando especificamente a região em referência à carta em questão, afirma que ficava em uma área rural localizada a aproximadamente seis milhas ao sul de Jerusalém. Utilizando-se de outros pesquisadores, ele cita em nota um trabalho de Karl Baedeker, *Jerusalem and Its Surroundings*, que estipulou um tempo de uma hora e vinte minutos para ir de um local ao outro a pé. Cf.: CAIN, 2010, p. 109. O próprio Jerônimo comenta sobre sua comunidade em carta a Theodora, referindo-se a Belém como *Bethlemitici ruris*. Cf. Jer., *Ep.*, 75.4; Sulp. Sev., *Dial.*, 1.8. A respeito de sua etimologia e relação geográfica com Jerusalém, ver descrição também em: *Perseus Digital Library (Bethlehem)*. Representações gráficas modernas digitalizadas podem ser acessadas no seguinte site: eng.travelogues.gr. Acesso em: 03/08/2020. Por fim, um vívido relato sobre a região pode ser encontrado no *Itinerarium Egeriae*, uma espécie de crônica de viagem escrita em primeira mão por Egéria sobre sua experiência nos Locais Santos – um dos documentos mais antigos do gênero. Nele, a peregrina conta que era comum que nas *Quadragesimas* houvesse deslocamento entre Belém e Jerusalém. Ver: EGÉRIA. *Peregrinação de Egéria*: uma narrativa de viagem aos Lugares Santos. Introdução, texto crítico, tradução e notas por Maria Cristina Martins. Uberlândia: EDUFU, 2017, p. 18-21; Eg., *Itin. Eg.*, 42.

não estava de acordo com seus conterrâneos e confiava em Jerônimo. Assim, junta-se a ele na Síria – levando consigo a jovem Eustáquia – e ambos rumam a Belém, onde se assentaram até morrerem.

Segundo a carta 108, um dos primeiros locais que mãe e filha se estabeleceram depois de partirem de Roma foi o Monte das Oliveiras, onde Melânia, a Antiga já tinha erigido um mosteiro pelo menos uma década antes²². Todos, em 385, aliás, eram amigos, e não raras vezes Paula era comparada à supracitada viúva: “De todas as damas em Roma, as únicas que causaram escândalo foram Paula e Melânia, quem, abandonando sua riqueza e desertando de seus filhos, elevaram a cruz do Senhor [...]”, escreveu Jerônimo a Asella (Jer., *Ep.*, 25.4, 5). Ler, assim, suas primeiras cartas e compará-las às últimas que redigiu em sua vida causam hoje uma confusão no leitor, que *a priori* não compreende como a *Melanium* (Jer., *Ep.*, 45.5) – diminutivo amistoso usado para se referir à dama, como *Eustochium* – do Monte das Oliveiras se transformara na mulher cujo ressentimento recaía ao final de sua vida.

O fato é que ambas as viúvas vez ou outra eram comparadas em suas cartas, e, a julgar pela proximidade que todos tinham à época, não pode ter sido apenas para visitar o monte em que Jesus teria ascendido (Jer., *Ep.*, 108.12) que Paula acabou em Jerusalém. O que a carta 108, sozinha, não revela, sendo necessário retornar às remetidas em 385 e estudar o contexto do monasticismo da época, é que Jerônimo precisava refazer sua vida de alguma forma após ser convidado a se retirar de Roma. Com efeito, são obscuros seus planos, mas parece plausível que a opção monástica tenha sido levada em conta – não apenas *ser* monge, mas *liderar* uma comunidade construída pessoalmente; do contrário, Jerônimo, Paula e Eustáquia teriam logo se assentado no Monte das Oliveiras.

Algumas notas acerca desta relação precisam ser tomadas: segundo a cronologia proposta por Elizabeth Platte, Melânia, a Antiga e Rufino partiram para o Egito em 372, seguindo para Jerusalém apenas em 374. A viúva lá permaneceu até 400, quando retornou à *cidade eterna* a fim de guiar espiritualmente sua neta. A sucessão dos eventos condiz mais ou menos com o testemunho de Paládio, que afirma que Melânia passara vinte e sete anos longe de Roma. É neste íterim, pois, que Jerônimo, Paula e Eustáquia possivelmente se encontraram com a *sancta* e aprenderam algo sobre sua experiência em Jerusalém. Deve-se ressaltar, ainda, que, caso isso tenha ocorrido, foi entre o final dos anos 380 e início da década seguinte, por dois motivos²³: primeiramente, pois existe uma série de testemunhos que atestam que o estabelecimento monástico em Belém já estava em funcionamento na última década do século IV (PLATTE, 2013, p. v-vii)²⁴; em segundo lugar, pois Jerônimo rompeu relações com Rufino e Melânia, Antiga na década de 390, o que significa que é provável que tenham trocado mais farpas do que conselhos sobre como bem administrar um mosteiro nesta época²⁵. Conclui-se que estes personagens não cessaram de ter contato até o final de suas vidas, como se observa em duas cartas de Jerônimo datadas de 416²⁶ e 419²⁷, e na hagiografia escrita por Gerônimo²⁸. Tudo leva a crer que permaneceram trocando experiências acerca de suas respectivas vivências monacais: o que começara no Aventino na década de 370 – uma espécie de monasticismo doméstico – progressivamente espalhou-se, então, para o Norte da África e Oriente, tendo como pioneira Melânia, a Antiga, sendo seguida cerca de dez anos depois por Jerônimo, Eustáquia e sua mãe; uma geração mais tarde, por Melânia, Piniano, Albina e Gerônimo; e, por fim, por Paula, a Jovem.

Aliás, a escolha de Belém para o assentamento de Paula, Eustáquia e Jerônimo, além de razões religiosas – como estar lá a Caverna do Senhor, onde Jesus teria nascido –, pode estar intimamente relacionada ao fato do Monte das Oliveiras já ter sido ocupado por Melânia e Rufino à época e já ser, portanto, um local de atração de peregrinos. Muito mais interessante, supõe-se, seria empreender a construção de um mosteiro

²² Isto é, em torno de 379. Ver: Pal., *Hist. Laus.* 46.5; CLARK, 1984, p. 94.

²³ Lembrando que o trio se assentou em Belém em 386.

²⁴ Peter Brown e Allan Booth situam a chegada de Rufino e Melânia em Jerusalém entre 377 e 378. Ver: BROWN, 1990, p. 311; BOOTH, 1981, p. 248. Cf. Pal., *Hist. Laus.*, 46.

²⁵ Contudo, a animosidade entre ambos não afetou outras amizades. Acrescenta-se à complexa rede de relações acima exposta o contato bastante fraternal de Jerônimo com Paulino de Nola – parente e amigo de Melânia, a Antiga. Ver: Jer., *Ep.*, 58.1, 8, 11.

²⁶ Agost., *Ep.*, 174.2 (publicada em *NPNF*, vol. 1). A mulher que acompanha Eustáquia em Hipona é Paula, a Jovem. Na carta, Jerônimo faz referência a um certo Firmo, presbítero que estaria viajando por Ravena, África e Sicília para cumprir uma ordem das supracitadas mulheres. Como será argumentado adiante, pode-se supor que tenha relações com a necessidade de levantamento de fundos para o mosteiro de Belém.

²⁷ Ela revela que Melânia, a Jovem, Piniano e Paula, a Jovem estiveram em Belém neste ano, após a morte de Eustáquia. Jer., *Ep.*, 143.3 (publicada em *NPNF*, vol. 1. Ver: Agost., *Ep.*, 202.2).

²⁸ Paula, a Jovem e Melânia, a Jovem retornaram a Belém anos depois, em 439 – logo antes da morte desta última. Gerônimo ficara em Jerusalém. Cf.: Ger., *Vit. Mel.*, 64

ali perto. Um breve comentário sobre Jerusalém contido na carta 77, endereçada a Oceano, aponta algo a respeito da preferência: nela, Jerônimo lembra ao interlocutor as diversas ondas de invasões do Império, inclusive no Oriente – causada pela pressão dos Hunos –, e sugere que “é geralmente aceito que o objetivo os invasores era Jerusalém e que seu excessivo desejo por ouro os fez apressar-se para a cidade em particular” (Jer., *Ep.*, 77.8). É uma impressão de época por meio da qual se supõe que era uma região rica, e, por isso, atraía não só a aristocracia ocidental cristã, mas também grupos exógenos ao Império interessados em saquear a cidade. Demonstra, portanto, que algum tipo de circulação de riqueza deveria haver em massa ali²⁹; do contrário, não haveria ameaça de saque. Logo, a escolha de Belém pode estar relacionada tanto ao fato de Jerusalém já ser povoada, já ter uma liderança monástica estabelecida e ser razoavelmente mais perigosa.

4. Possuir, fluir, endividar

É aqui que se inicia um delineamento de uma longa trajetória de reunião de fundos para levar o empreendimento adiante, e que só pode ser esboçada a partir da reunião de uma série de epístolas de Jerônimo e de uma leitura indiciária dos documentos. Um primeiro detalhe digno de atenção está presente no capítulo 41 da *História Lausíaca*, onde Paládio se refere à relação entre Paula e Jerônimo nos seguintes termos:

Entre eles estava a nobre romana Paula, mãe de Toxócio, uma mulher de grande distinção na vida espiritual. Ela era impedida por um certo Jerônimo da Dalmácia. Pois embora ela fosse capaz de superar qualquer um, tendo grandes habilidades, ele a obstruía com sua inveja, tendo a induzido a servir aos seus próprios planos (Pal., *Hist. Laus.*, 41.2).

Já no capítulo 36, Paládio replica a opinião pejorativa que circulava sobre Jerônimo em Belém a partir do testemunho de Posidônio, eremita de Belém que o Bispo de Aspuna conheceu certa vez e que conheceu o trio. Segundo ele, “a nobre Paula, quem cuida dele (*Jerônimo*), morrerá antes e será liberta de seu mau temperamento, é o que eu acho. E por causa desse homem, nenhum santo homem habitará nestas regiões, mas sua inveja incluirá até mesmo seu próprio irmão” (Pal., *Hist. Laus.*, 36.6-7). Este julgamento, acredita-se aqui, sustenta todo o conjunto de hipóteses estabelecido até o momento de que, aos olhos dos outros, o controverso monge do deserto não passava de um *captator*, caçador de legado, cuja amizade para com Paula tinha fortes interesses pessoais e econômicos. Aliás, ele não é um julgamento isolado, mas ecoa o constante desagrado da elite romana. Dado curioso que não deve ser deixado em segundo plano é o fato de que Jerônimo quase nunca menciona sua própria família em suas epístolas, ou, quando o faz, quase sempre é com desdém, como já comentado; sua rede de relações de amizade no Círculo do Aventino parece ter sido, em contrapartida, bem mais intensa (embora não menos intemperante).

Sem excluir razões de caráter religioso e intelectual, é preciso fazer um esforço de reflexão perguntando-se, também, como Jerônimo sobrevivia economicamente, e que papel teriam tido mulheres como as mencionadas acima. Que monges e clérigos se beneficiavam com essas amizades, cartas como a 10, 22 e 52 deixam claro. Este detalhe não é irrelevante no escopo do que está sendo aqui argumentado, portanto: no final das contas, intelectuais como ele precisavam de um patrono para subsistir, a não ser que tivessem famílias muito ricas que lhes dessem total suporte – o que não parece ter sido o caso de Jerônimo. Mais um motivo para crer que, por sua própria trajetória de vida, prescindia de mulheres como Paula e Marcella (LIGHTMAN, 2008, p. 246). No entanto, seria incompleto não acrescentar que também é provável que estas personagens ganhassem algum tipo de capital simbólico e *status* com este contato, afinal, tratava-se de uma amizade com um dos

²⁹ A riqueza de Jerusalém e Belém é mencionada também em: Eg., *Itin. Eg.*, 25.8-9, 11. Os locais de culto na região teriam começado a ser ricamente adornados ainda no reinado de Constantino, segundo o documento.

mais polêmicos – e, por isso, conhecido – intelectuais de sua época. Em última instância, seu próprio nome e trajetória ganhavam notoriedade frente a este tipo de relação simbiótica.

Reconstituiu-se anteriormente alguns dados sobre a partida de Paula de Roma e, segundo o entendimento apresentado na pesquisa, ao chegarem em Belém, ela e Jerônimo empenharam-se na construção e manutenção de um conjunto de mosteiros e um convento para virgens (Jer., *Ep.*, 108.20); defendeu-se, ainda, que depois de prontos, eram mantidos com o trabalho manual e com doações de peregrinos (Jer., *Ep.*, 22.31; 52.3; Joh. Ruf., *Vit. Pet.*, 39). Contudo, as cartas são silenciosas quanto ao processo como um todo. Para dar conta de compreender a questão, é necessário lançar mão de duas cartas do *corpus* epistolar jeronimiano, seguida das mais recentes interpretações que a historiografia tem dado a elas.

Em 397, foi enviada diretamente de Belém uma correspondência a Pamáquio supostamente consolando-o pela perda da esposa, Paulina, uma das filhas de Paula, a Antiga. De caráter laudatório, ela se dedica, *a priori*, a lembrar o senador romano quão nobre (*perfectum*) ele, enquanto cristão, e sua mulher, que tanto se importava com os pobres, eram. Que sentido essa mensagem teria? Analisando-a em consonância com a 48, 66 (dentre outras), Jessica van't Westeind vai na contramão de outros especialistas como Andrew Cain, Michele Salzman e Peter Brown para defender que Jerônimo enviara a epístola mais como meio de oferecer seus ensinamentos do que como forma de consolar o viúvo. Alguns ínfimos detalhes do texto chamam atenção: de antemão, pode-se afirmar que boa parte do texto é destinada a exortar Pamáquio a ser tão caridoso quanto Paulina, Paula e Eustáquia para com os pobres, distanciando-se da ordem a qual pertenciam. Seus exemplos, aliás, deveriam ser ainda mais rigorosamente seguidos pelo remetente, que era ultrapassado pelos feitos de *mulheres*, o *barco mais frágil*. Mas que Pamáquio não se preocupasse: havia uma espécie de livre-arbítrio para ações do tipo, e sua Salvação estaria garantida *caso* estivesse interessado em ser um cristão perfeito e *caso* seguisse as recomendações apostólicas corretamente, doando toda a sua substância aos pobres (Jer., *Ep.*, 66.8). Guardemos esta informação.

Curiosamente, Jerônimo estava construindo um mosteiro (*monasterio*) e um hospital (*diuersorio*) em Belém naquele exato momento (Jer., *Ep.*, 66.14), e não se furta em comentar ao final da carta 66 a surpresa pela quantidade de indivíduos que estavam migrando para a região (Jer., *Ep.*, 66.14; Jer., *Ep.*, 58.4; Agost., *Ep.*, 39.1) – algo que deveria estar demandando de si algum esforço. “Certamente, o número de monges que afluem até aqui de todos os quadrantes do mundo é tão sobrecarregante que eu não posso nem desistir de minha empreitada nem suportar firmemente o fardo”, é o que diz. Por isso, já havia pedido a Pauliniano, seu irmão, que vendesse uma propriedade arruinada na Itália que havia escapado dos bárbaros para arrecadar fundos (Jer., *Ep.*, 66.14). Teria Paula alguma conexão com esta epístola, no sentido de estar usando Jerônimo – uma autoridade literária – para convencer o genro a dispor de seu patrimônio de determinada forma? Aliás, teria a carta algum tipo de relação com as construções em Belém – seria um convite implícito para lá se estabelecer, ou para auxiliar em sua manutenção? *Caso queira ser perfeito, doe aos pobres*. Jerônimo parecia estar em dificuldade financeira naquele momento; logo, exerceu um papel de pedinte refinado?³⁰

Digno de nota é que o personagem em questão não era um homem qualquer da elite, ou meramente um parente de Paula: como apontam as cartas 48, 49 e 57, Pamáquio era uma peça-chave na divulgação literária do monge no Ocidente. Além disso, segundo Westeinde, tinha grande reputação em Roma, talvez um número considerável de clientes, e, portanto, manter contato com alguém deste calibre poderia ser interessante – assim como foi importante fazê-lo com Marcella, também romana, com Lucínio, um rico aristocrata de origem hispânica (Jer., *Ep.*, 71 e 75), dentre outros. Aliás, uma das hipóteses lançadas por Westeinde é a de que a linguagem usada por Jerônimo em suas cartas ao supracitado senador – que vão além da 66 – é aquela de um cliente ao seu patrono, e a pouca quantidade de correspondências trocadas entre ambos poderia indicar (descartando a possibilidade de que tenham se perdido, evidentemente) uma relação mais “profissional” do que afetiva (WESTEINDE, 2017, p. 11, 13, 14). Dito isso, ao se analisar a relação entre Jerônimo e seu suposto patrono ao longo da década de 390; e, de maneira mais ampla, tendo também em vista o progressivo aparecimento de menções à gestão de bens em seu epistolário até 404, conclui-se que as finanças do mosteiro em Belém precisavam de ajustes.

³⁰ Curiosamente, ele se refere a Paulino de Nola exatamente da mesma forma, apenas dois anos antes (395). Cf.: Jer., *Ep.*, 58.1-4.

De fato, o *epitaphium* a Paula, escrito em 404 (ano de sua morte), revela que sua liberalidade era exagerada e que não só dilapidou seus fundos como deixou a filha endividada:

Em que termos devo escrever acerca de sua distinta, e nobre, e anteriormente rica casa? De todas as riquezas gastas em favor dos pobres? Como posso descrever a enorme consideração que ela mostrou por todos e sua bondade ainda maior até mesmo em relação àqueles que jamais havia visto? Que pobre homem, à beira da morte, não foi envolvido em cobertores dados por ela? Que acamado não recebeu suporte com o dinheiro de sua bolsa? Ela procuraria, com enorme diligência, por toda a cidade, e pensaria que seria uma desgraça uma pessoa faminta ou doente ser apoiada com a comida de outra pessoa. Tão extravagante era sua caridade que ela roubou seus próprios filhos (Jer., *Ep.*, 108.5).

Sua liberalidade, sozinha, não conhecia limites. Certamente, tão ansiosa ela estava para não deixar de se virar a qualquer pessoa que tomou dinheiro emprestado com juros e frequentemente contraía novos empréstimos para quitar os antigos. Eu estava errado, eu admito; mas quando eu vi sua profusão em dar, eu a reprovei alegando a palavra dos Apóstolos: “Eu não quero dizer que outros homens sejam aliviados enquanto tu carregas um fardo; no entanto, por uma questão de igualdade, que agora, neste momento, sua abundância seja um suprimento para aqueles em necessidade; que a abundância deles igualmente seja um suprimento para tuas necessidades [...]”. Eu a adverti que nem sempre ela teria meios para fazer tudo o que desejasse (Jer., *Ep.*, 108.15).

Assim, um dos maiores desejos da viúva era morrer como uma pedinte e não legar à filha sequer uma única moeda:

“Minha prece é que eu morra como uma pedinte, não deixando sequer uma moeda para minha filha, e que esteja endividada com estranhos”. Ela então concluiu com o seguinte raciocínio: “Eu, se mendigar, devo encontrar muitos que deem a mim; porém se este pedinte não obtiver ajuda de minha parte, aquela que, por empréstimo, pode a ele dar, morrerá; e se porventura morrer, de quem sua alma será requerida?”. Eu desejava que ela fosse mais cuidadosa ao administrar suas preocupações, mas ela, com uma fé mais brilhante que a minha, permaneceu fiel ao Salvador, e com todo seu coração e pobre em espírito, seguiu o Senhor em sua pobreza, dando-Lhe de volta o que ela recebeu e se tornando pauperizada em Seu nome. Ela obteve seu desejo, no final das contas, e morreu deixando sua filha sobrecarregada de dívidas. Esta Eustáquia ainda as tem e certamente não pode ter a esperança de quitá-las com seus próprios esforços; apenas a misericórdia de Cristo pode salvá-la disso (Jer., *Ep.*, 108.15). (...)

Os excertos destacados acima, portanto, corroboram a hipótese de que Jerônimo poderia ter sido um pedinte e teria utilizado sua influência como estudioso de renome para arrecadar fundos, pois papel semelhante já era executado por Paula – com sucesso, justamente por conta de seu status e rede de relações. Desse modo, não seria um absurdo afirmar que por trás da epístola analisada há um pedido de socorro financeiro sutil a Pamáquio, supondo que Paula teria deixado como um de seus principais legados aos filhos um endividamento (FINN, 2006, p. 91; Ger., *Vit. Mel*, 19, 41)³¹.

Rastreando este processo a partir do epistolário em foco, após a morte de Blesilla, a matrona iniciou um trabalho caritativo direcionado especificamente aos pobres e necessitados, logo ao sair de Roma; não deixara seus filhos sem quaisquer fontes de riqueza, porém continuou gastando a sua, vindo a recorrer a empréstimos de dinheiro a juros e se tornando, ela própria, pedinte (Jer., *Ep.*, 108.15); sua liberalidade, informa Jerônimo, era abundante. Embora não haja notícia da ajuda de fato recebida de Pamáquio, coube à Eustáquia e Paula, a Jovem – filha de Toxócio e Laeta – resolverem problemas financeiros dos monastérios

³¹ Não seria a primeira vez que notícias deste tipo circulavam: a trajetória de Melânia demonstra que uma de suas principais aplicações era em mosteiros; vários deles foram providos com seu ouro, prata e itens de luxo. Segundo Richard Finn, um dos principais especialistas modernos a respeito da questão da esmola na Antiguidade Tardia, casos extremos como estes não eram tão comuns no mundo antigo.

em Belém após a morte da matrona, como sugere Marjorie Lightman. Foi, de certa forma, o cumprimento de um pedido de Jerônimo feito em 403, em carta a Laeta, como já mencionado: que a menina permanecesse uma virgem consagrada e que fosse, quando mais velha, direcionada aos cuidados da avó, da tia e do próprio Jerônimo em Belém; e que ele próprio fosse seu tutor – seja no sentido jurídico, seja no intelectual (Jer., *Ep.* 107.13). A previsão, afinal, concretizara-se: sabe-se, pela *vita* de Gerôncio, que permaneceu sob os cuidados da prima durante algum tempo, até ambas se deslocarem para Belém (Ger., *Vit. Mel.*, 40, 63, 68)³². Não teria ocorrido algo similar entre Melânia e Paula, as Antigas? Novamente, é um testemunho nada negligenciável e que permite corroborar que havia uma circulação de saberes – ascéticos e, por que não, econômicos – entre os mosteiros da região, embora o epistolário estudado seja omissivo em relação ao assunto.

Assim, mesmo que suas cartas sejam lacônicas quanto à administração patrimonial do convento em questão, é ao menos seguro afirmar que ambas não foram meras espectadoras da realidade: quem atesta isso é o bispo Inocêncio, que, em 417, redige uma reprimenda a João de Jerusalém, então responsabilizado por um ataque à comunidade de Jerônimo devido a desavenças religiosas³³. Nela, observa-se que Eustáquia e a sobrinha – à época, ainda uma adolescente – recorreram pessoalmente a Inocêncio requisitando um posicionamento. Por isso, se Marjorie Lightman e Júlio César Magalhães de Oliveira estiverem corretos, não seria surpreendente que ambas também tenham buscado recursos financeiros por diversas partes do Império (Ravena, Sicília e Cartago) com a ajuda de Firmo³⁴. Vale ressaltar que elas não são o único exemplo encontrado na documentação a agir dessa maneira: por motivos semelhantes, ligados especialmente à dificuldade em vender terras no Ocidente em função das chamadas “invasões bárbaras”, Melânia, a Jovem confiara a um procurador esta incumbência.

São um conjunto de informações, a propósito, que merece atenção: está claro que Paula, a Jovem e a tia assumiram não só propriedades e o convento de Belém como as dívidas de Paula, a Antiga³⁵; está claro, ainda, que essas mulheres tiveram grande relevância como agentes econômicos no contexto de seu assentamento na região, seja como doadoras de esmola ou administradoras, de fato, da vida religiosa e financeira de seu séquito de fiéis. Porém, é uma incógnita do porquê esse assunto ser tão escuso nas cartas, tratados e outros trabalhos do monge. Em outras palavras, Jerônimo pode ser uma referência no estudo de temas como a castidade de virgens e matronas da época – mas é um tanto mais difícil elaborar grandes questões econômicas *exclusivamente* a partir de seu epistolário. Faltam informações; outras, divergem. Para citar um caso mais palpável e deixar mais cristalino este incômodo: por que Inocêncio – acima citado – menciona Paula e Eustáquia no episódio de ataque à sua comunidade, mas Jerônimo se silencia acerca de seu papel nas cartas seguintes? Como seu convento, que abrigava cerca de *cinquenta* outras mulheres (Pal., *Hist. Laus.*, 41.1), reagiu à destruição dos pelagianos? Ainda que não se possa oferecer uma resposta efetiva, ao menos esta dúvida esclarece que possivelmente existe muito da agência feminina nesta história que se encontra omitida na documentação.

Dito isso, é possível constatar que as gerações posteriores a Paula, a Antiga – expressas, na documentação, em sua filha e neta – parecem ter sido peça central do *legado maldito* que ela deixara por conta de sua liberalidade excessiva. Jerônimo, por sua vez, foi o intermediário que não apenas tentou aconselhar a amiga de celibato a ser prudente, mas moveu-se para arrecadar fundos a fim de sustentar seus empreendimentos – já sentindo, antes mesmo da virada do século, que as finanças não iam bem. Contribuiu, ainda, para que

³² O argumento, no entanto, demanda um questionamento sobre a cronologia desses eventos: ao que tudo indica, estas duas últimas referências em questão dizem respeito a um momento tardio da vida de Melânia, quando adoecera – por volta de 439 –, ao passo que a primeira sugere um período anterior. Logo, Paula já não seria assim tão jovem. Ainda assim, crê-se que isso não invalide a hipótese lançada – aliás, até a reforça, uma vez que demonstra a conexão (perene) existente entre Jerusalém e Belém à época.

³³ Foi mais um episódio de “heresia”, dentre muitos que pulularam entre os séculos IV e V. Segundo alguns historiadores, a controvérsia pelagiana instigou os atos de violência em Belém, e o bispo João acabou sendo também responsabilizado. A carta em questão se encontra no epistolário de Jerônimo: Jer., *Ep.*, 136, 137. Sobre a perspectiva do autor quanto ao ataque e o grau de destruição deixado, ver: Jer., *Ep.*, 139. Por fim, sobre a controvérsia pelagiana, cf. OLIVEIRA, 2015, p. 58-75.

³⁴ Firmo foi um presbítero bastante presente no epistolário de Jerônimo e de Agostinho, cuja função parece estar relacionada à própria circulação de suas cartas pelo Mediterrâneo. Segundo Lightman e Oliveira, ele provavelmente se responsabilizou também pelo cuidado das propriedades que Paula, a Jovem e Eustáquia herdaram da falecida parente (Paula, a Antiga) – como uma espécie de procurador. Não parecia ser uma atividade incomum do clero, pelas informações que Jerônimo transmite em sua carta a Nepociano. LIGHTMAN, *op. cit.*, p. 248; OLIVEIRA, 2015, p. 70, 72-73; Jer., *Ep.* 52.16; 134.2 (NPNF 1, 172). Esta incumbência a terceiros em transações relacionadas a vendas de propriedades no Ocidente também aparece na *vita* de Melânia – embora Gerôncio tenha omitido o nome do responsável por fazê-lo: Ger., *Vit. Mel.*, 37.

³⁵ Não teria sido o único caso: é provável que Príncipia, a filha adotiva de Marcella, tenha herdado somente a pobreza da mãe. Aqui, interessante notar como as relações econômicas relativas a este círculo específico mudaram em apenas duas gerações: se Albina optara por transferir seu patrimônio aos sobrinhos em vez de dá-los aos pobres, Marcella o fizera em excesso, nada legando a Príncipia. Cf.: Jer., *Ep.* 127.14. A escolha de Marcella, por sua vez, pode ser comparada a de Ecdícia (cf. carta 262 de Agostinho).

Eustáquia tomasse conta dos negócios da mãe após seu falecimento e que a sobrinha, como dito, fosse sua sucessora. *Captator*, como acusavam-no de ser, ou apenas o tutor de Paula, a Jovem, não se sabe: o fato é que cumpriu um papel importante no monasticismo Oriental junto a Paula, a Antiga, Eustáquia e, posteriormente, Paula, a Jovem.

5. Um binômio salvífico: dilapidar para construir

Seria pouco provável que os homens e mulheres discutidos até o momento – imiscuídos na rede de relações de ambas as Paulas e Melânias – fossem abandonar suas possessões e deixar meramente uma lacuna em seu lugar. Apesar de seu propósito último ser relacionado à Salvação, discurso que possivelmente tinha à época uma função primordial na retórica dos documentos analisados, o fato é que se dilapidava para *construir* algo em substituição, fosse uma imagem de santidade – portanto, dotada de um caráter personalista – ou uma paisagem bastante concreta matizada de celas, conventos, igrejas, abadias, hospitais, xenodóquios, mosteiros, oratórios, altares, *martiria* e assim por diante. As supracitadas mulheres optaram por ambos. Afinal, era o que conferia reconhecimento e glória aos seus idealizadores, sem mencionar o fato de que chamavam atenção dos transeuntes, sobretudo quando se tratava de locais maiores e mais adornados³⁶.

Pode-se ir ainda mais além. Em sentido análogo, não se deve negligenciar um fator essencial do binômio *dispersar-construir*: como estes indivíduos mantinham-se materialmente, em condições supostamente tão áridas de vida, já que dispendiam todo seu patrimônio? A resposta possui um verniz *a priori* contraditório: preservando uma parcela para subsistência (SOTINEL, 2006, p. 112), readquirindo ou até produzindo parte do montante, de alguma forma. A título de exemplo, João Rufo menciona a realização do trabalho manual, que contribuía para o sustento da comunidade: Piniano, segundo ele, “carregava tábuas em seus ombros do deserto até o mercado, onde as vendia, sem sombra de vergonha”, enquanto Melânia trabalhava com lã a fim de suprir não apenas a necessidade de seu sustento e o das virgens como distribuir o excedente aos necessitados (Joh. Ruf., *Vit. Pet.*, 39; Jer., *Ep.*, 22.31, 22.33, 52.3; BROWN, 2016, p. 234-245; CARRIÉ, 2006, p. 21).

Deve-se registrar que Gerônimo não menciona esse tipo de produção excedente. Seria uma oportunidade de verificar até que ponto a economia monástica no Monte das Oliveiras era autossuficiente, restrita a um pequeno perímetro ou se entrava em redes de troca mais amplas. Já as cartas de Jerônimo são mais pródigas quanto ao assunto: em uma curta passagem da epístola 22, ele faz alusão à possibilidade de Eustáquia realizar trabalhos manuais enquanto virgem consagrada – atividade encarada até então como indelicada para a elite. Adiante, ele relata o caso de um *frater* na Nítria que, ao morrer, deixara uma centena de peças de ouro (*solidi*), adquiridos pela produção de linho. Tal foi a querela gerada pela aquisição da herança que os milhares de monges que viviam separadamente em celas no local convocaram um concílio para decidir o que fariam. Enquanto uns optaram pela distribuição aos pobres (*pauperibus distribuendos esse*), outros julgaram melhor direcionar a riqueza à igreja (*alii dandos ecclesiae*) ou, ainda, remetê-la de volta à família (*parentibus remittendos*), sem chegarem em um acordo. No fim das contas, o pecúlio foi enterrado com seu possuidor e passou a ser considerado crime deixar moedas do tipo a alguém (*ut unum solidum dimisisse sit criminis*).

Além disso, ainda que com ressalvas próprias ao gênero laudatório onde se encontram as informações biográficas acerca da *sancta*, sua beneficência fora tanta que poucas moedas lhe sobraram ao final da vida, a ponto de, de doadora de esmolas e égide da dissipação, passar a pedinte (Ger., *Vit. Mel.*, 30, 49, 52; Joh. Ruf., *Vit. Pet.*, 39)³⁷. Tão pauperizada estava que aceitara receber “de um certo homem que amava Cristo”

³⁶ É o conteúdo que Jerônimo transmite em sua carta a Nepociano. O fato de algumas dessas construções subverterem o ideal de pobreza cristão não parece ter impedido construções imponentes, no fim das contas. Cf.: Jer., *Ep.*, 52.10.

³⁷ Ainda que Gerônimo não tenha explicitado que Melânia tenha se endividado, a descrição de seus gastos e a evidência de que aceitou pecúlio em mais de uma ocasião permitem supor que chegara às mesmas vias de Paula. Não por acaso, o monge comenta que poucos acreditavam que a *sancta* poderia realizar ainda mais uma obra. João Rufo, por sua vez, destaca o esmero com que ela, sua mãe e Piniano despojaram seus bens: “guardaram para si mesmos a riqueza” – aqui, interpretada como a simbólica – “que fica e sempre permanece, em vez daquela que flui para longe, é arrebatada,

a oferta de duas mil moedas, acolhidas com grande alegria para continuar gastando em obras – dessa vez, na construção de mais um monastério, em memória ao recém-falecido esposo³⁸. Não foi caso isolado: a caminho para Constantinopla, quando em Trípoli, aceitara também de um guarda certa soma (Ger., *Vit. Mel.*, 52). Não foi também dessa maneira que Paula, a Antiga subsistiu – por meio de solicitações de auxílio financeiro e empréstimos, que lhe acarretaram inclusive dívidas? Não foi, precisamente, o caso de Fabíola, a divorciada e viúva responsável pelo hospital em Porto (Jer., *Ep.*, 77.9)? E o que dizer da população anônima de mosteiros e conventos – cujos nomes e identidade são omitidos nos *corpora* analisados nesta pesquisa –, além dos monges itinerantes, que, a despeito de seus votos de pobreza voluntária, aceitavam receber moedas e artigos de luxo? (Ger., *Vit. Mel.*, 37)³⁹ Sem mencionar Eustáquia, Paula, a Jovem e o próprio Jerônimo, que não expressaram ser grandes doadores de esmolas⁴⁰: o que teriam feito, então, com a renda adquirida com a venda de suas terras? Certamente, não deram a esmo aos necessitados. Conclui-se que alcançar a pobreza extrema como condição *sine qua non* para ascender ao Reino dos Céus parecia ir de encontro a necessidades mundanas muito palpáveis. Por isso, pode-se corroborar o que Eliana Magnani afirma a respeito da plasticidade dos papéis socioeconômicos desses agentes: seria difícil engessá-los em categorias como as de doadores ou receptores sem levar em consideração conjunturas específicas (MAGNANI, 2008, p. 2).

Tal panorama encontra-se com o que Bruno Uchoa Borgongino apresentou em sua tese: nela, o historiador sustenta que, em meio ao esvaziamento de grandes centros urbanos no Ocidente no século V, o ingresso da elite nos mosteiros representaria justamente a *continuidade* de busca por prestígio, poder e terras, dado “o esgotamento dos antigos parâmetros de distinção social e oportunidades” com a chegada dos visigodos (BORGONGINO, 2018, p. 73, 167). Afinal, era no perímetro monástico onde se poderia formar um “indivíduo superior” por meio de uma disciplina rigorosa – em que a esfera econômica não era excluída –, que não necessariamente contradizia o *ethos* nobiliárquico das elites ocidentais⁴¹. Aqui, poder-se-ia acrescentar o adendo de que uma parcela expressiva de mulheres romanas foi bem-sucedida na incorporação a essa malha de congregantes, pelo menos no escopo dos documentos aqui analisados. São pressupostos coerentes, como já comentado, com a redefinição da própria elite senatorial entre os séculos IV e V: alijada de seu antigo *status*, a busca por uma vida ascética mostrou ser uma prerrogativa eficiente para redirecionar seu patrimônio ao Oriente. Cada vez mais, então, a região exercia uma força centrípeta em pessoas e riquezas, o que explica as peregrinações e assentamentos comuns à época. Um dos resultados desse processo, por conseguinte, foi a edificação não apenas eclesiástica, como apontou Giovan do Nascimento (2013, p. 66), mas também monástica – ainda que resguardadas as especificidades de cada processo em dada região (BORGONGINO, 2018, p. 126-127; PIGANIOL, 1945, p. 52).

Não fortuitamente, o que está por trás do simbolismo do *topos* da evasão de posses no escopo da cristianização da elite senatorial estudada é a construção de uma *outra* comunidade, longe dos tradicionais centros urbanos, porém não deles desvinculada. Nesse sentido, observa-se que a literatura foi um dos meios mais emblemáticos para garantir essa conexão (BORGONGINO, 2018, p. 46-47). Da mesma maneira que o trabalho de Nascimento revelou as redes econômicas que envolviam clérigos norte-africanos e leigos em todo o Império, o alcance de, pelo menos, parte dos documentos aqui analisados – cartas e biografias que circularam pela Terra Santa, Norte da África, Gália, Hispânia e Roma, para dizer o mínimo – demonstra a simbiose entre a elite ocidental e aquela que se assentou na Palestina. Uma elite que, a despeito da retórica da dilapidação e da pobreza, continuou sendo, afinal, elite.

corrompida e que corrompe” – esta, sim, material.

³⁸ Deve-se registrar que este capítulo apresenta um dado interessante sobre o dispêndio material e de tempo para a construção de um monastério: segundo o hagiógrafo estudado, Melânia teria dado a um clérigo de confiança uma fração de “algumas moedas”, provenientes da supracitada larga doação, para a compra de pedras; a obra durou apenas um ano. Ver: Ger., *Vit. Mel.*, 49.

³⁹ Os exemplos são extensos na documentação e se espalham por todo o Mediterrâneo. Agostinho de Hipona, por exemplo, aceitou do bispo Valério uma propriedade na África, onde veio a se estabelecer. O pano de fundo não diferia muito do de Melânia: vendera, como ela, suas próprias terras e distribuiria o montante aos pobres. Cf.: NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 70.

⁴⁰ Não se pode negligenciar este dado: não existe nenhum registro de que tenham se ocupado de algum trabalho caritativo de expressão, apesar de Jerônimo muito elogiar as esmolas distribuídas pela elite em suas cartas (tendo sido Paula, a Antiga, uma personagem emblemática nesse sentido). Também deve-se lembrar que, apesar do estridonense, via de regra, exortar a dilapidação, ele próprio mantivera um patrimônio de grande valor: uma *biblioteca*.

⁴¹ Resguarda-se a diferença geográfica em que sua tese se circunscreve: Gália (séc. V) e Hispânia (séc. VI-VII). Apesar disso, as justificativas que Borgongino apresenta para o fenômeno de vinculação das elites a práticas ascéticas e ao monasticismo, no primeiro caso, reservam alguma semelhança com o contexto romano – por exemplo, o receio de ver suas terras invadidas por estrangeiros, medo da violência, do confisco de bens, dentre outros. Ainda assim, deve-se pontuar que é uma exposição macro-histórica que, mesmo que plausível, não explica a transumância nem as escolhas econômicas específicas dos personagens aqui trabalhados.

Exposto tudo isso, é importante salientar que poucos documentos tardo-antigos indicam dados quantitativos acerca da renda de famílias senatoriais⁴², o que torna a *Vida de Melânia, a Jovem*, a *História Lausíaca* e até a *Vida de Pedro, o Íbero* parâmetros importantes e necessários para elucidar detalhes relativos à administração patrimonial entre os séculos IV e V. Como pôde ser constatado, a trajetória de dilapidação das propriedades da família de Melânia e do marido teve uma série de singularidades em relação a de Paula e Eustáquia, por uma série de razões – a começar pelo fato do gênero literário escolhido por Gerônimo para registrá-la foi uma longa *vita*, que lhe deu espaço suficiente para dissertar sobre o percurso da evasão de bens de sua biografada. Embora Jerônimo soubesse o que as *vitae* representavam em sua época – afinal, produziu três⁴³ –, não parece ter tido a mesma preocupação em registrar a trajetória de Paula ou da filha nos mesmos termos⁴⁴. Por outro lado, não se deve descartar a hipótese de que estas últimas simplesmente não detinham a mesma quantidade de riquezas que a parente romana, ou que deram a elas outros fins, posto que deixaram no Ocidente Toxócio, Rufina e uma renda para que sobrevivessem. Em contrapartida, vale lembrar que a peregrinação de Melânia iniciou-se após perder o pai. Sem filhos, porém casada e com uma mãe (Albina) disposta a também ingressar em uma vida despojada de bens mundanos – ainda que com um perfil menos eversivo –, todos ali parecem ter tido não apenas riquezas para dissipar como uma lacuna de herdeiros prontos para reivindicar sua herança. Em última instância, é possível que Jerônimo não visse na dilapidação uma condição *sine qua non* para a Salvação, e, por isso, não apenas deixou de valorizar a evasão radical da substância da elite como demonstrou prudência em relação ao assunto em diversos momentos⁴⁵.

À causa de tantas nuances, os documentos privilegiados nesta seção lançam luz nas ausências do *corpus* epistolar de Jerônimo de Estridão, que, a despeito de seu envolvimento em peregrinações e na formação de uma comunidade cenóbica muito próxima a que Melânia, Albina e Piniano formaram no Monte das Oliveiras, não indica tão expressamente o quão Paula, a Antiga, sua filha e neta dispenderam em prol da caridade, da ajuda aos necessitados, da construção do convento ali próximo ou na ajuda a estrangeiros. Em outras palavras, o inventário detalhado do patrimônio de Melânia e do marido, diligentemente realizado por Gerônimo, associado ao quanto foi *dispendido* pelo casal, fornece uma preciosa noção do valor pecuniário para ser um cristão reconhecido por seu trabalho evergético e caritativo; as modalidades em que isso ocorria – se pela venda, doação, *criação* ou simplesmente evasão a esmo; e seu grau – dissipação ou dilapidação. Curiosamente, isso destoa de maneira significativa do que se sabe a respeito a partir do *corpus* epistolar de Jerônimo, onde o assunto é muito mais fragmentado e qualitativamente distinto. Posto isso, justifica-se ser tão rico e coerente o cruzamento destes documentos e das trajetórias dos *cognatos*.

6. Considerações finais

Em conclusão, à luz da literatura aqui analisada, fica claro o que significava dissipar e como esta atividade se diferenciava da dilapidação – uma atividade muito mais eversiva, radical e ostentatória levada a cabo por uma parcela da elite endinheirada entre os séculos IV e V. Couberam, em seu amplo espectro de possibilidades, ações que podiam ir desde a doação pura e simples de terras e artigos de luxo para fins diversos – algo que só uma análise microescalar daria conta de ressaltar suas nuances e pluralidade – até a venda de propriedades de grande extensão e de escravos, passando pela ajuda a refugiados e pobres, sustentação do clero, de monges e virgens (Ger., *Vit. Mel.*, 19). Com estas informações, evidencia-se que a construção do Reino Celeste não era gratuita, mas demandava uma ampla dispersão patrimonial

⁴² É uma escassez, aliás, ampla, de forma que faltam dados precisos sobre a economia de mosteiros, igrejas ou mesmo gastos correntes privados. Como já salientava Claire Sotinel, "a questão crucial de saber quantas pessoas doam qual proporção de seus rendimentos não pode ser abordada de maneira empírica". Nesse sentido, a tentativa de se fazer uma *história das mulheres* aqui, segundo a proposta clássica, seria claramente infatível. Cf.: SOTINEL, 2006, p. 106-107.

⁴³ Em homenagem a Malco, Hilarião e Paulo, o Centenário. Ver: *NPNF*, vol. 6.

⁴⁴ A exceção, evidentemente, de seu *epitaphium* a Paula. Ainda assim, é muito menos rico do que as *vitae* do período.

⁴⁵ A perspectiva variava ao sabor de certas circunstâncias, como será demonstrado. Contudo, não se deve negar que, em comparação aos outros documentos analisados, certamente apoiou com menos entusiasmo a dilapidação.

privada e um fluxo de metais entre diferentes agentes. Reside aqui uma contradição, é certo: a pobreza *stricto senso*, embora tão exortada, não parecia fazer sentido na equação salvífica, no final das contas. Afinal, se realmente desejável fosse, Paula, a Jovem e Eustáquia não precisariam administrar suas terras remanescentes a fim de gerar renda; tampouco sua prima, Melânia, faria o papel de pedinte após finalmente se pauperizar completamente; Pamáquio e Fabíola dificilmente seriam considerados cristãos exemplares caso não tivessem construído o xenodóquio em Porto; e Paula, a Antiga não teria ganhado a visibilidade que ganhou no epistolário de Jerônimo caso preferisse não se endividar. Em outras palavras, não haveria resgate de refugiados, trabalhadores em minas, esmolas aos necessitados, ajuda a santos, clérigos e monges, construções de mosteiros nem de conventos, não fosse o ouro, a prata e as terras de uma elite de homens, mulheres, jovens e idosos, eremitas, virgens e aspirantes a ascetas – sem distinção de gênero, *a priori*. Conclui-se que a santidade destes personagens, no fim das contas, não era paralela à da viúva que dera, à luz de sua humildade, seus míseros dois óbulos a Cristo nas Escrituras; antes, dava-se a partir da quantidade de riquezas que possuíam e manipulavam.

7. Documentação literária

AUGUSTINE OF HIPPO. *Letters*. Translated by J.G. Cunningham and edited by Philip Schaff. In: Nicene and Post-Nicene Fathers, First Series, vol. 1. New York: Christian Literature Publishing Co., 1887. Disponível em: www.newadvent.org. Acesso em: 03/01/2020.

GERONTIUS. *The life of Melania, the Younger*. Translation, introduction and commentary by Elizabeth Clark. Nova York e Toronto: The Edwin Mellen Press, 1984.

_____. Vie de sainte Mélanie (texte grec). Traduction, introduction et notes par Denis Gorce. In: GORCE, Denis. *Sources chrétiennes*. Paris: Éditions du Cerf, 1962.

JEROME. Letters. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (eds.) *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. Life of Malchus. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. The life of Paulus the first hermit. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. Against Vigilantius. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. Sancti Hieronymi Epistulae I-LXX. In: HILBERG, Isidorus. *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* (CSEL), vol. LIV. Viena: Reink Books, 1910. Disponível em: books.logos.com. Acesso em: 12/10/2019.

_____. *Select letters of saint Jerome* (English-latin). Trad. de F. A. Wright. London: William Heinemann LTD, 1933.

_____. *The Satirical Letters of Saint Jerome*. Translated into English and with an introduction by Paul Carrol. Chicago: The gateway editions, 1956.

_____. On illustrious men. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (ed.). *A select library of Nicene and post-nicene Fathers of the Christian Church*, vol. 3. Oxford and London: Parker and Company, 1892.

_____. *Lettres*. Texte établi et traduit par Jérôme Labourt. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

JOHN RUFUS. *The lives of Peter the Iberian, Theodosius of Jerusalem, and the monk Romanus*. Translation, edition, introduction and notes by Cornelia B. Horn and Robert R. Phenix Jr. Atlanta: Society of biblical literature, 2008.

PALLADIUS. The Lausiatic History. In: *Cistercian studies series*. Translated by John Wortley. Minnesota: Liturgical Press, 2015.

_____. *The Lausiatic History*, vol. 2. Translation, introduction and notes by Dom Cuthbert Butler. Cambridge: Cambridge University Press, 1904.

_____. The Lausiatic History. In: *Translations of Christian Literature*. Series I. Greek Texts. Translated by W. K. Lowther Clarke. London: Society for promoting christian knowledge, 1918.

PAULINUS OF NOLA. Letters of Paulinus of Nola, vol. 2 (letters 23-51). In: *Ancient christian writers*. Translated and annotated by P. G. Walsh. New York: Newman Press, 1967.

SAINT AUGUSTINE OF HIPPO. Letters, vol. 5 (204-270). In: *The fathers of the church: a new translation*, vol. 32. Translated by sister Wilfrid Parsons. Washington: The Catholic University of America Press, 1981.

SAN JÉRÔME. In: *Epistolario: edición bilingüe*, vol. 1. Traducción, introducciones y notas por Juan Batista Valero. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1938.

8. Referências bibliográficas

ARJAVA, Antti. **Paternal power in Late Antiquity**. The Journal of Roman Studies, vol. 88, p. 147-165, 1998.

ARNS, Paulo Evaristo. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. São Paulo: Unesp, 2018.

BOOTH, Alan D. **The chronology of Jerome's early years**. *Phoenix*, vol. 35, n. 3, p. 246-259, 1981.

BORGONGINO, Bruno Uchoa. **Discretio e poder na obra monástica de João Cassiano e nas regras monásticas visigodas em perspectiva comparada** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BROWN, Peter. **The World of Late Antiquity** (AD 150-750). New York: Norton, 1989.

_____. "Aprendeí comigo a sagrada arrogância": Jerônimo. In: _____. **Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 301-318, 1990.

_____. **Aspects of Christianization of the later roman world**. The Tanner Lectures on Human Values. Lectures presented at University of Cambridge, p. 113-193, 1993.

_____. **Poverty and Leadership in the Later Roman Empire**. London: University Press of New England, 2002.

_____. "Treasure in Heaven": Wealth in the Christian Church. In: _____. **Through the eye of a needle. Wealth, the Fall of Rome and the Making of Christianity in the West** (350-550). Princeton and Cambridge: Princeton University Press, 2012.

_____. From *Patriae Amator* to *Amator Pauperum* and back again. In: RODGERS, Daniel T.; RAMAN, Bhavani; REIMITZ (ed.). **Cultures in motion**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

_____. **Wealth, Work and the Holy Poor: Early Christian Monasticism between Syria and Egypt**. Irish Theological Quarterly, vol. 83, n.º. 3, p. 233-245, 2016.

CAIN, Andrew. **The letters of Saint Jerome: Ascetism, biblical exegesis and the construction of Christian authority in Late Antiquity**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. Rethinking Jerome's portraits of holy women. In: CAIN, Andrew; LÖSSL, Josef (eds.). **Jerome of Stridon: His life, writings and legacy**. Farnham: Ashgate Publishing Company, 2009.

- _____. **Jerome's *Epitaphium Paulae***: Hagiography, Pilgrimage, and the Cult of Saint Paula. *Journal of Early Christian Studies*, vol. 18, n^o 1, p. 105-139, 2010.
- _____. The letter collections of Jerome of Stridon. In: SOGNO, Cristiana; STORIN, Bradley K; WATTS, EDWARD J. (eds.). **Late Antique letter collections**: a critical introduction and reference guide. Oakland: University of California Press, 2017.
- CARRIÉ, Jean-Michel. **Pratique et idéologie chrétiennes de l'économique (IVe – VIe siècles)**. *AnTard*, 14, 2006.
- CLARK, Elizabeth. Introduction to the text. In: _____. **The life of Melania, the Younger**. Nova York: The Edwin Mellen Press, p. 1-25, 1984.
- _____. Commentary. In: _____. *The life of Melania, the Younger*. Nova York: The Edwin Mellen Press, p. 83-170, 1984.
- CONSTANTINO, Stavroula. Male Constructions of Female Identities: Authority and Power in the Byzantine Greek Lives of Monastic Foundresses. In: THEIS, Lioba; MULLETT, Margaret; GRÜNBART, Michael (eds.). **Female founders in Byzantium and beyond**. Weimar: Böhlau, 2012.
- CROOK, J. A. Women in Roman Succession. In: RAWSON, Beryl (ed.). **The family in Ancient Rome: New Perspectives**. Ithaca/New York: Cornell University Press, 1986.
- EDWARDS, Mark. The beginning of Christianization. In: LENSKI, Noel. **The Cambridge Companion to the age of Constantine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- FREMANTLE, W. H. Prolegomena to Jerome. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (ed.). **A select library of Nicene and post-nicene Fathers of the Christian Church**, vol. 6 (Saint Jerome). Oxford and London: Parker and Company, 1893.
- MARTINS, Maria Cristina. Tradução integral e comentada da epístola *ad Pammachium: De optimo genere interpretandi*. *Translatio*, 18, p. 118-147, 2020.
- NASCIMENTO, Giovan do. **O donativo cristão entre o impacto simbólico e econômico na Antiguidade Tardia: a comunidade de Santo Agostinho**. *Roda da Fortuna*. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, vol. 2, n^o. 1, p. 65-81, 2013.
- GRUBBS, Judith Evans. Widows and their children. In: **Women and the Law in the Roman Empire**. A sourcebook on marriage, divorce and widowhood. London and New York: Routledge, 2002.
- _____. Marrying and its documentation in pre-modern Europe: consent, celebration and property. In: JUNIOR, John Witte; REYNOLDS, Philip L. (eds.). **To have and to hold: Marrying and its documentation in Late Antiquity in Western Christendom, 400-1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- _____. Marriage and family relationships in the Late Roman Empire. In: ROUSSEAU, Philip. **A companion to Late Antiquity**. Oxford: Wiley-Blackwell Publishing, 2009.
- HUMFRESS, Caroline. Civil Law and Social Life. In: LENSKI, Noel. **The Cambridge Companion to the age of Constantine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LAMPRECHT, Liana. **The Shifting Roles of Wealth and Poverty in Jerome's Vision of Asceticism**. *Journal of Early Christian History*, vol. 5, n. 2, p. 1-30, 2019.
- LAURENCE, Patrick. **Les droits de la femme au Bas-Empire: le code Théodosien**. Textes, traduction e commentaires. Paris: Éditions Chemins de [tr@verse](#), p. 1-16, 2012.
- LIGHTMAN, Marjorie; LIGHTMAN, Benjamin (ed.). **Ancient Greek and Roman Women: from A to Z**. Revised edition. New York: Facts on File, 2008.
- MAGNANI, Eliana. **Du don aux églises au don pour le salut de l'âme en Occident (IVe-XIe siècle): le paradigme eucharistique**. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, 2, p. 1-17, 2008.
- NICHOLS, Margaret Judith. **Jerome's women: creating identity and fashioning scholars** (Tese de Doutorado em Filosofia). S/l: University of Western Australia' School of Humanities, 2014.
- OLIVEIRA, Jorge Gabriel Rodrigues de. **Herdeiros de Mártires: a Representação do Monaquismo Eremitico Copta em Atanásio de Alexandria e Jerônimo de Estridão (Séculos III-IV)** (Dissertação de Mestrado). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016, 150f.

OLIVEIRA, Júlio César Magalhães. **Cartas e redes de comunicação no Mediterrâneo durante a Antiguidade Tardia**: o caso da controvérsia pelagiana. *Revista de História (São Paulo)*, 173, p. 53-80, 2015.

PIGANIOL, André. **Le problème de l'or au IV^e siècle**. *Annales d'histoire sociale*, 8, 1, p. 47-53, 1945.

PLATTE, Elizabeth. **Monks and Matrons**: The Economy of Charity in the Late Antique Mediterranean (Doctorate Degree). Michigan: University of Michigan, 2013.

REBENICH, Stefan. **Ascetism, orthodoxy and patronage**: Jerome in Constantinople. In: LIVINGSTONE, Elizabeth (ed.). *Studia Patristica*: Augustine and his opponents, Jerome, and other Latin Father after Nicaea, *Orientalia*, 33. Louvain: Peeters, 1997.

_____. **Jerome**. London and New York: Routledge, 2005.

SOTINEL, Claire. **Le don chrétien et ses retombées sur l'économie dans l'Antiquité Tardive**. *AnTard*, 14, p. 105-116, 2006.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre teoria e reflexividade. In: **Textos de História**, vol. 11, n. 1 /2, p. 89-127, 2003.

WESTEINDE, Jessica van't. Jerome and the *Christianus Perfectus*, a Transformed Roman Noble Man? In: VINZENT, M. (ed.). *Studia Patristica XCVII*: papers presented at the seventeenth international conference on Patristic Studies held in Oxford, vol. 23. Leuven: Peeters, s/p, 2017.